



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2025

Ata n.º 47

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de setembro, sendo a Mesa Composta por: ----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal**; -----

PONTO TRÊS: Tomada de Conhecimento dos **Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho**; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) do **Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente**; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Execução da Empreitada de "Reparação de Roturas em Conduitas e Ramais da Rede de Abastecimento de Água do Concelho de Albufeira"**, até ao limite de 437.900,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Execução da Empreitada de "Empreitada de levantamento e Reposição/Construção e Reparação de Passeios em Zonas Pontuais do Concelho de Albufeira"**, até ao limite de 345.000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos da Empreitada de Construção de Habitação na Quinta do Barros, Caliços**, com o valor base de 5.558.421,08€ + IVA; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Fornecimento de contadores de água incluindo Sistema de Telecontagem Via Rádio ao abrigo do acordo quadro fornecimento de contadores e caudalímetros de água e sistemas de telemetria, lote 1 - contadores de água e sistema de telemetria com módulo Izar ou compatível, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Algarve - CC-AMAL**, pelo valor base de 749.426,83€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "Alteração e ampliação do jardim de infância da Correeira" no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2024-26 - Infraestruturas Escolares ITI - AMAL**, pelo valor de 2.248.662,34€; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "Mobilidade Flexível no Algarve" no âmbito do Aviso n.º ALGARVE - 2025-03 - Mobilidade a Pedido ITI-CIM-AMAL**, pelo valor de 66.480,69€; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual;**

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2025-2029;** -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **2.ª adenda ao contrato de arrendamento - Prédio sito na rua 5 de outubro, Paderne;** -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento contínuo de mobiliário para todos os espaços e equipamentos educativos pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Albufeira, ao Agrupamento de Escolas Albufeira Poente, ao Agrupamento de Escolas de Ferreiras e à Divisão de Educação**, até ao limite de 1.000.000,00€ + IVA;

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com**



publicação no JOUE para "Fornecimento de Energia em BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) do município de Albufeira", pelo valor base de 7.048.800,00€ + IVA; -----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para "Execução da Empreitada de Substituição do Sistema AVAC do Edifício Paços do Concelho de Albufeira, incluindo SADI e Iluminação,** pelo valor base de 1.320.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao **Projeto de Regulamento dos Transportes de Índole Turística em Motociclos, Triciclos, Quadriciclos ou Ciclomotores do Município de Albufeira;** -----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Ajuste Direto do Aviso n.º ALGARVE-2024-56 - "Meios materiais para proteção civil e prevenção e gestão de catástrofes ITI-CIM-AMAL",** pelo valor de 861.000,00€ + IVA; -----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para a **Prestação de Serviços de Transporte Escolar em Circuitos Especiais para o ano letivo 2025/2026,** pelo valor base de 450.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao **Reconhecimento de Interesse Público Municipal à Instalação der um centro de acolhimento de animais;** -----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **Transferência de verbas para as freguesias do concelho, no âmbito das transferências de competências;** -----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para aluguer**



de máquinas e viaturas com operador ou condutor, até ao limite de 230.200,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para aquisição de serviços no âmbito do aluguer operacional (renting) de viaturas ligeiras**, pelo valor de 441.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para prestação de serviços de manutenção e assistência operacional e ambiental**, até ao limite de 600.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de serviços de pintura no pavimento no município de Albufeira**, com o preço base de 450.515,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos de Aquisição de serviços de produção do espetáculo de Ano Novo**, com o valor base de 245.000,00€ + IVA; -----

PONTO VINTE E SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos de Aquisição de serviços de produção artística do evento Paderne Medieval 2026**, com o valor base de 101.462,50€ + IVA. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -



Faltas: Cláudia Sofia Pais Raimundo. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro e devidamente justificado, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Gabriela Rodrigues Pacheco. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Patrícia Cardoso: "Boa noite a todos, estive cá na última Assembleia, no dia oito, entretanto o primeiro ponto que venho é pedir um feedback sobre a tal reunião que o Senhor Presidente disse que ia ter com a administração da antiga Construções Lagarça, para tentar perceber se conseguiram chegar a algum consenso sobre o assunto. Depois, a outra situação é a nível pessoal, aqui é mais uma sugestão, para que fosse revista, a maneira como são atribuídas as bolsas, porque já o ano passado tinha tentado fazer a pedido da bolsa para a minha filha, ela como está num curso técnico-profissional, que é numa escola privada, falei com a doutora Cláudia Guedelha, foi-me dada indicação que aquele curso não estava abrangido, ela tem o espectro de autismo, é claro que muitas das vezes, as crianças com este tipo de condições não conseguem ter notas suficientes e condições para entrar num curso universitário, vêm-se obrigados a ingressar neste tipo de cursos e, já que o próprio Estado não consegue ajudar nada, aqui uma sugestão da autarquia ver, já que dizem que apoiam tanto a juventude tentar apoiar um pouco também esses jovens, que às vezes sentem muitas dificuldades e as próprias famílias, de conseguirem sustentar este tipo de cursos que são muito caros. Entretanto, a doutora Cláudia Guedelha pediu uma reunião com a doutora Isabel Simões do serviço de atendimento e acompanhamento social, fui lá, entreguei todos os documentos para ver se havia algum tipo de apoio que fosse possível para ajudar com o curso. Até hoje, nunca obtive mais resposta de nenhuma, enviei um email no dia doze de setembro a pedir para que houvesse algum tipo de contacto e até agora nenhuma resposta. A única coisa que peço é que nem que seja um não, mas que respondam ou deem algum feedback, porque já vai fazer um ano agora em novembro. Outro assunto, é a forma como os processos são geridos internamente, tudo o que são pedidos dos



munícipes, tanto a nível pessoal como profissional, nós às vezes, precisamos de fazer certos pedidos em algumas circunstâncias e pomos na plataforma Smart City, alguns deles são fechados, dizem que tem de ser tratado internamente, mandam-nos enviar um email para o email do CIAC, mas, a partir daí perdemos o rasto. Uma sugestão, porque eu quando reclamo, dou sugestões, se de alguma maneira no site da Câmara, nós conseguirmos ou, fazer esse tipo de pedido, ou de haver uma maneira que, nós consigamos acompanhar o estado do pedido, ou em que secção é que o pedido está, porque muitas das vezes ligamos para cá, não nos dão respostas, enviamos emails, não nos respondem e, acho que, em termos de burocracia, a maneira como as coisas estão a ser geridas está muito lento e torna-se muito complicado, principalmente eu que estou na área da administração de condomínios e, há certas coisas que nós temos que decidir em assembleias e, não podemos estar um ano ou dois à espera que nos deem uma resposta ou vir cá constantemente chatear o Senhor Presidente, ou outro vereador qualquer a pedir respostas, porque um arquiteto ou um chefe de serviço não nos responde aos emails. Outra situação, foi feito um pedido no email do CIAC, no dia vinte e três de maio, para pedir a instalação de um corrimão na rua dos Cucos, na parte da rua que dá acesso às escadas, quem vai para a baixa ou para a estrada, para a rua António Aleixo e até agora também não obtive respostas e, aquilo é uma rua que é a descer, a calçada está muito gasta, há pessoas com pouca mobilidade lá e aquele corrimão ajuda bastante, porque já houve muitas pessoas a caírem e, tem a ver com a parte de segurança. O último ponto, foi feito pedido também no email do CIAC, porque fecharam o pedido na Samrt City, para pedir para colocar o caminho, Bem Parece quem vem do Páteo Village para a AHETA, aquele caminho que é muito estreito. Aquele caminho deveria de estar num só sentido, porque aquele ali está muito perigoso, há muitos automobilistas que passam lá a grandes velocidades, tem pelo menos duas curvas que se chamam de curva cega, porque nem tem um espelho, nada e, já houve várias vezes lá acidentes e pessoas a baterem nos muros de pedra e já foi feito dois pedidos e até agora não houve respostas." -----

Ana Sofia Marcelino: "Como munícipe não poderia deixar passar esta última Assembleia Municipal do mandato sem dirigir algumas palavras. Ao longo destes quatro anos, esta assembleia por um espaço onde muitos municípios, como eu, puderam fazer-se ouvir a sua voz, foi aqui que trouxe preocupações, sugestões, críticas construtivas, sempre com o objetivo de contribuir para uma Albufeira melhor. Esta participação é essencial



para a vitalidade da nossa democracia local. Quero agradecer publicamente as questões que foram aqui ouvidas e resolvidas. Esses resultados mostram que vale a pena participar, intervir e manter este canal aberto entre cidadãos e eleitos. As que continuam por resolver, estou aqui para continuar a acompanhar, a insistir e a relembrar para que encontrem finalmente uma solução no próximo mandato. Hoje, contudo, gostaria de falar sobre um tema que considero central, a cultura e a política cultural, ou a ausência da sua. A cultura é um pilar da democracia, promotora da autonomia das pessoas, da capacidade de organização e de associação. O direito à cultura, à expressão artística e ao seu usufruto com qualidade é parte essencial de uma sociedade democrática e participativa e esta é aquela em que eu acredito. Quero dar um exemplo concreto, a Biblioteca Municipal de Albufeira, este espaço deve ser repensado como um verdadeiro espaço colaborativo, um polo para a comunidade e de acesso à cultura. É fundamental, por isso, reforçar a aquisição e a atualização do seu catálogo, diversificar a oferta literária para garantir o acesso democrático à leitura e ao conhecimento. Lamento, igualmente que não existam outros polos da biblioteca Municipal noutras freguesias, nem uma biblioteca itinerante, o que permitiria chegar a mais cidadãos, forçando a coesão cultural do concelho. Gostaria de sugerir também a implementação de um sistema de reserva e entrega de livros ao domicílio, para pessoas com mobilidade reduzida. Termino sublinhando que a cultura não é luxo, é um direito e um investimento no futuro. Espero que no próximo mandato, este tema seja encarado como uma prioridade que merece a participação cidadã. A participação cidadã, tal como a cultura, é mais do que um direito, é um dever de todos os que querem contribuir para o futuro do nosso concelho." -----

Ana Rita Batista: "Boa noite a todos, eu venho aqui hoje intervir para expor uma preocupação que afeta diariamente os alunos e os profissionais de educação do nosso concelho, especificamente na escola da Guia, venho enquanto mãe e encarregada de educação, mas também enquanto professora que decidiu acolher e vir para o concelho de Albufeira há quatro anos. Durante estes quatro anos vi várias diligências serem feitas pelos canais normais e, legítimos para que duas situações fossem alteradas e ao fim de quatro anos venho aqui, porque realmente não foi feito nada e são situações de extrema importância. Uma das questões, é em relação às salas de aula, a escola da Guia é uma escola de dois mil e doze, é recente, mas nós não temos condições adequadas de climatização, no inverno enfrentamos o frio, no verão é um calor excessivo. Estas



situações, como vocês podem imaginar, prejudica o ambiente escolar, comprometem o rendimento e dificultam a aprendizagem dos nossos alunos, não é justificável para uma escola de dois mil e doze. Eu poderia trazer outras faturas de aquecedores que são os professores que compram para a sala de aula, mas por acaso a fatura que tenho aqui são de ventoinhas, porque ainda hoje é insuportável estar em algumas salas de aulas e isto não é viável. Outra questão que não podemos ignorar e, que sei que já veio aqui mais que uma vez é em relação à alimentação na cantina. As refeições não apresentam a qualidade necessária, falo enquanto professora que tentou comer ali durante algum tempo e falo enquanto mãe cuja filha deixou de comer ali. Falo em comida crua ou comida salgada, ou pouca comida, enfim, aconselho e sugiro que os senhores deputados municipais, o senhor presidente da câmara ou os vereadores aqui presentes também pudessem visitar de surpresa e experimentar comer lá. Isto não é um luxo, mas são condições básicas para o bom funcionamento das escolas e para o bem-estar de todos. Peço por isso que estas situações sejam olhadas com a urgência que merecem e que encontrem soluções concretas." -----

Manuel Merceano: "Boa noite, senhor Presidente esta legislatura que está prestes a terminar fica marcada aqui por várias situações que não são muito agradáveis. O senhor tentou acabar com o Estado de Direito, com a democracia, com a liberdade de expressão, com direitos, liberdades e garantias dos albufeirenses. Vou-lhe explicar, se os albufeirenses criticam ou se não fazem o que o senhor queria, eram perseguidos, como aconteceu comigo e, ainda hoje eu sou perseguido. Ou seja, nesta legislatura o senhor foi apenas e, só um ditador, e passo-lhe a explicar porquê, é muito simples. Nesta legislatura, convocou a polícia municipal para pedir para que ligassem para a minha empresa para que eu fosse proibido de exercer funções nesta câmara municipal. Numa linguagem jurídica, eu diria que isto é discriminação, mas também a ditadura. Depois, pediu aos meus amigos, num passado muito recente para que eu deixasse de fazer intervenções, porque eu era muito incomodativo, incomodava muito o senhor presidente, o senhor presidente não gostava de ser incomodado. Os munícipes, os albufeirenses têm o direito de colocar questões e, o senhor só responde se quer ou sabe, porque o senhor está nesta câmara há muitos anos e nunca sabe nada, nunca viu nada, nunca resolve nada, portanto, é normal, porque já são muitos anos de incompetência e de irresponsabilidade. Depois, na Assembleia houve aqui um partido político que pediu à câmara municipal um espaço para fazer uma sessão de



esclarecimento. Tudo bem, vamos facultar o espaço, no dia da intervenção, ou na suposta sessão de esclarecimento a sala estava ocupada, puseram lá umas três ou quatro pessoas aos pulos, aos gritos, até parecia que se estavam a agredir uns aos outros, para que não houvesse a sessão de esclarecimento. Isto aconteceu com a Iniciativa Liberal, não é o meu partido, não estou aqui a representar, mas estou apenas a dizer que o senhor tentou acabar com a democracia, com o Estado de Direito em Albufeira, é inadmissível que isto tenha acontecido. Entretanto, num passado muito recente, fui convidado para fazer parte de umas listas para as próximas eleições autárquicas, os senhores vieram a descobrir quem eram os investidores, muitos deles até têm contratos com a câmara e foram ameaçados, se fizerem parte desse partido, se continuarem a apoiar esse partido nós vamos rescindir os contratos. Havia dois ou três funcionários da câmara municipal nessas listas que também foram convocados e chamados os respetivos departamentos e ameaçados. Se fizerem parte das listas, vão ter problemas aqui na Câmara, portanto, isto é tentar acabar com o Estado de Direito em Albufeira e com a democracia. Eu espero é que nos próximos cinquenta anos, nem o senhor Presidente, nem ninguém do seu regime se sente nessa cadeira para o bem dos albufeirenses e de Albufeira.” -----

Joana Palma: “Boa noite, venho pronunciar-me sobre o ponto dezassete, venho em representação de todas as famílias que têm nos tuk-tuks a sua forma de sustento e da minha família em particular, que está no ramo há nove anos, com a empresa montada. Com os tuk-tuks, mostramos a capital do turismo a quem nos visita com orgulho e com amor pela terra onde nascemos, crescemos e vivemos, contamos a sua história. Levantamo-nos de manhã, bem cedo para trabalhar com dignidade e honestidade, fizemos grandes investimentos para conquistar a nossa independência e ter um trabalho honesto para dar um presente e um futuro aos nossos filhos, pois não herdámos fortunas, não temos apoios, nem vivemos de privilégios. Estamos a falar de pessoas de vidas reais, de pais que querem dar o melhor aos filhos. A cidade deve ser de todos, por isso que cidade é esta se não há espaço para quem trabalha? Que futuro construímos quando nos fecham as portas ao sustento de famílias inteiras? Uma cidade sem espaço para quem trabalha de forma simples e honesta deixa de ser uma cidade viva, peço a esta câmara e a quem decide não matem o sonho das nossas famílias, não roubamos, não pedimos esmolas, apenas queremos ter a chance de continuar a lutar com aquilo que sabemos fazer, mostrar e contar a história da nossa linda cidade. Peço



que olhem à lei do veículo, olhem para a humanidade que está por trás, para a coragem, para o direito fundamental que todos nós temos o direito de trabalhar e sustentar quem amamos, não tirem o pão da boca dos nossos filhos.” -----

Isabel Pinheiro: “Boa noite a todos, hoje vim aqui relembrar que vim a esta casa da democracia em vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e quatro, em vinte de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, doze de maio de dois mil e vinte e cinco, seis de junho de dois mil e vinte e cinco e oito de setembro de dois mil e vinte e cinco. Aqui apresentei denúncias, agradecimentos, questões diretas, informações direcionadas a situações concretas, comprovadas com documentos e nos locais fisicamente. Tudo o que foi dito consta nas atas, no site do município, é público para quem tem necessidade ou interesse. Nas denúncias apresentadas, viu-se ligeiras mudanças, as questões colocadas ficaram sem resposta, verbal e efetiva. As respostas dadas são sistemáticas, quase robóticas, isto acontece para a grande maioria dos munícipes que aqui vem. Senhor Presidente e candidato, usando a sua expressão, as instalações de esgotos são obras que não se veem, informo que são obras que se sentem na carteira de quem pagou saneamento básico durante mais de dez anos, quase sem alternativa. Falo da freguesia de Paderne, eu e outros. Quanto à questão de saúde, há vinte e cinco anos, havia falta de médicos, a desculpe para a construção do centro de saúde de Paderne. Foi construído em Albufeira, mas tudo continua parecido, até na medicina do trabalho quem pediu ajuda e foi direcionado para a clínica geral vinte e dois meses depois ainda não teve consulta. Até consulta de acidente de trabalho não foi pago. Não há verdade absoluta, esta frase que foi usada por si, como resposta a um munícipe aqui nesta casa, pergunto, não há verdade absoluta, será a frase que falta no seu programa para Albufeira? Quanto a outros dois candidatos, nomeadamente a presidente da câmara e presidente da Junta de freguesia de Ferreiras, devo acrescentar o alerta, pediram aos trabalhadores da cozinha para ser pró-ativos e deixar o trabalho feito e registar as horas extra, porque seriam compensados, não cumpriam, puseram em risco pessoas e património público, nem responderam à reclamação, faltaram à verdade publicamente, um nesta casa, defendendo a sua honra, por provavelmente desconhecer as regras e o significado das palavras e dos atos praticados. Outro, vem-se apresentar a público a dizer que exerceu funções na Diamantina Negrão até dois mil e dezassete, mente pois o próprio e, muitos de nós trabalhadores no agrupamento sabem que exerceu as mesmas funções de chefe de pessoal em duas escolas do concelho, ao



mesmo tempo, escola das Ferreiras e Diamantina Negrão, ambas do mesmo agrupamento. Ao vereador e candidato, senhor Vítor Ferraz deve esclarecer que tipo de produtos vai limitar os munícipes, sendo que na cozinha das Ferreiras nem pensos rápidos, nem papel de alumínio estava disponível na cozinha, sempre que fazia falta tinha de se pedir no gabinete do outro candidato, era necessário percorrer cerca de cento e cinquenta metros e ter a sorte de o encontrar na escola. Questiono, vai continuar a pedir paletes de congelados que não estão previstos nas ementas para irem para o lixo por avaria de equipamentos e falta de alternativa? E esclarecer qual foi a solução encontrada para existir zero desperdício, também pertence essa tática se for eleito? Ou será que esses congelados é o remanescente do que fomos impedidos de usar, sendo que as ordens era de pedir para quatrocentos alunos onde estavam inscritos mais de seiscentos e setenta alunos? Quer esclarecer os munícipes, quantos milhares recebe só para as cantinas do município, será que os munícipes também vão ser tratados por ervas daninhas, assim como alguns trabalhadores foram? Ou vamos todos receber um atestado de demência e Alzheimer já no próximo dia doze de Outubro, assinado de cruz por aqueles que até tiveram algumas benesses, diretas e indiretas com o passar dos anos? Albufeira merece uma boa reforma e novas oportunidades. Os munícipes devem vir votar e deixar de falar atrás de qualquer coisa e dar a cara quando é preciso." -----

Carlos Lima: "Boa noite a todos, estou aqui em representação da Associação de Moradores de Albufeira, quando a crise da habitação tomou conta da agenda política e bem, justifica-se fazer um pequeno resumo do que foi a importância da associação de moradores na vida da comunidade albufeirense. A associação de moradores de Albufeira foi criada no ano de mil novecentos e setenta e seis, por um grupo de pessoas conscientes da necessidade premente da construção de casas para os jovens de Albufeira e para os que cá vieram morar e trabalhar. E, se bem pensaram melhor o fizeram, passados alguns anos e com muitas dificuldades estavam construídas duzentas e cinquenta habitações na Quinta da Palmeira, que foram habitadas em mil novecentos e oitenta e cinco. Tal como acontecia naquele tempo, também hoje, a classe média encontra-se entre aqueles que não conseguem comprar casa por falta de meios e, os que conseguem pagar os preços exorbitantes do mercado, poderão ter acesso à habitação através de projetos cooperativos de construção. A falta de construção pública, a compra de uma segunda habitação por nacionais e estrangeiros e o



aparecimento do alojamento local nos moldes atuais, pois até já na própria associação existe, são fatores que condicionam a possibilidade dos jovens de Albufeira e de quem em Albufeira queira exercer o seu trabalho aqui viver. Estamos conscientes da necessidade do contributo de todas as instituições para resolver o problema habitacional gravíssimo que enfrentamos. É, neste contexto que, a associação de moradores se renovou e pretende ser outra vez parte da solução. Estou aqui nesta digníssima Assembleia Municipal como presidente da Assembleia Geral dos sócios da Associação de Moradores de Albufeira, perante vós, responsáveis políticos da nossa terra para assumir o compromisso de fazermos a nossa parte na resolução deste desafio geracional. Estamos a apresentar o nosso projeto às diversas forças políticas do concelho, já foi possível reunir com Presidente José Carlos Rolo, como candidato pela coligação Ser e, com o vereador Vítor Ferraz como candidato pela coligação Tua, aos quais agradecemos a disponibilidade e o compromisso que assumiram de imediato. Temos contactos feitos com as restantes forças políticas, esperamos reunir muito em breve com todos. Em termos gerais, a proposta assenta na disponibilização de terrenos infraestruturados e no apoio técnico aos projetos por parte dos poderes autárquicos. A associação de moradores caberá em moldes cooperativos o financiamento e a construção das habitações, pela continuação do desenvolvimento sustentado de Albufeira." -----

Maqui Bouça: "Boa tarde a todos, sou membro da associação Albuera, dos tuk-tuks da cidade e hoje eu gostaria de vos fazer ver a importância que os animadores turísticos têm para a qualidade do turismo na cidade e economia local. A maioria dos turistas que recebemos são europeus, nós estamos na Europa, felizmente, aqui é fácil viajar, ter transportes, comunicar e tudo o que precisarmos, mas tudo isto fica mais fácil e agradável quando estamos acompanhados por um guia local que nos ensina todos os truques, horários de atividades, o que comer, o que fazer, onde ir, conhecer a história e cultura. Enfim, este é o nosso trabalho, nós não somos um comboio turístico que passa pelos sítios sem explicar o que está a ser visto e, sem fazer qualquer tipo de recomendações. Nós não somos os jipes ou as carrinhas turísticas que juntam diversos grupos e famílias para um passeio genérico. Os nossos passeios turísticos são altamente personalizados, não há ninguém na cidade a fazer o que nós fazemos. Nós conhecemos os clientes, as suas preferências, necessidades e atendemo-las. Senhor Presidente, deputados e membros da Assembleia aqui hoje presentes, certamente



gostam de viajar e pergunto já experienciaram viajar com um guia local que vos acompanhou e esteve sempre pronto para vos apoiar? Espero que sim, porque é uma experiência verdadeiramente enriquecedora. No meio disto, nós somos também um incentivo ao comércio local, nós sabemos quais são os restaurantes da cidade onde a cataplana não leva o caldinho Knorr, nós levamos os clientes a comer o tão mal divulgado franguinho da Guia e doçaria algarvia. Nós sabemos os horários de atividades marinhas terrestres, o que fazem, as melhores atividades para cada faixa etária, preferências, etc. Nós conhecemos esta cidade como as palmas das nossas mãos. Estas pessoas que têm estes negócios são nossos vizinhos e, nós queremos também o seu sucesso. Com isto e tendo em conta que, no geral, a população da cidade está descontente com a qualidade do turismo que recebemos, querem mesmo acabar com o melhor serviço de passeios turísticos que a cidade tem? Parece que sim, cada vez que, por exemplo, negam paragens em sítios estratégicos. Um sítio que nos foi negado é perto do túnel, onde o pedido foi feito ainda antes das duas paragens do comboio lá estarem, mas nós não tivemos direito. Outro sítio onde deveríamos ter paragem e, nos foi negado, é na Avenida da Liberdade e muitos outros sítios. Ainda este ano foi pedido para meter um cavalete a publicitar os nossos passeios turísticos em cada uma das três paragens principais e, mais uma vez, foi-nos negado. Sentimos um tratamento discriminatório por parte da câmara, que não é justo e, também não favorece a circulação e a organização dos tuk-tuks na cidade. Eu, e a maioria dos meus colegas vê realmente a necessidade de um regulamento, mas, por favor, não estraguem o que é bom e, reflitam principalmente sobre a qualidade do turismo que querem atrair para a cidade que é o que a população mais vos tem pedido." -----

Lúcio Pescada: "Boa noite a todos, antes de iniciar o tema que me traz aqui hoje, deixo aqui uma nota para o compromisso afirmado pelo Senhor Doutor José Carlos Rolo, no total apoio ao projeto apresentado pelos nossos órgãos sociais da associação dos moradores de Albufeira, em reunião que tivemos em vinte de setembro. Dito isto passo ao tema que me traz aqui hoje, que é o ponto décimo sétimo. Venho aqui como empresário e presidente da Associação Albuera Tuk-Tuk, animação turística. A vinte e seis de maio deste ano, senhor doutor afirmou que deveríamos ter uma reunião com a comissão que elaborou o projeto regulamento, pois é sempre mais benéfico de se chegar a acordo de entendimento de forma presencial, palavras suas. Eis que, chegamos ao dia de hoje e continuamos a aguardar por tal reunião. Também nos deu



cem por cento razão e repetiu, mais que uma vez, palavras suas: "vocês têm toda a razão", referindo-se, por exemplo, às visitas à Quinta do Canhoto, Adega do Cantor e Paderne, entre outras que se deverão manter. Como tal não podemos ficar cingidos a efetuar passeios somente de paragem em paragem, nem tão pouco circunscritos a uma área geográfica que, inclusive vai contra a liberdade e direitos que já temos com a nossa licença, assim como vai no impedimento dos passeios que já adiámos e constitui nosso direito poder alterá-los no normal decurso da nossa iniciativa económica e atividade empresarial privada. Na nossa atividade, somos mais promotores do que Albufeira tem de melhor que são as nossas praias e falésias, toda a nossa riqueza natural e paisagística, assim como a parte histórica da cidade. As nossas avaliações das várias plataformas de reserva on-line comprovam que oferecemos um serviço de excelência, não havendo outro operador de animação turística em Albufeira que tenha melhores avaliações, podem ter iguais, mas melhores não há. Comprova que, temos milhares de reservas feitas dessa forma e, de outras formas semelhantes, é um absurdo pensar agora que iremos deixar de recolher os nossos clientes nos hotéis e alojamentos de férias. Desde dois mil e treze e até hoje, convém salientar que dos melhores Tuk Tuk que fazem diariamente animação turística por todo o país, que em serviço não há registo de acidentes com mortos ou feridos graves, isto é um facto. Caricato no entanto, devo aqui referir que infelizmente quem nos avisou que iria ocorrer esta votação no dia de hoje, antes de sair em edital, foi um senhor taxista que disse ter obtido a informação através do presidente da Albucoop, a cooperativa dos táxis. Esperamos que, não tenha sido o caso, que os representantes no setor que nos vê a nós assim como qualquer outro serviço remunerado de transporte de passageiros como concorrência, tenham tido papel na elaboração deste documento. Nós não somos concorrentes dos táxis, nós fazemos serviços ocasionais de índole turístico, não fazemos um serviço direto do ponto A ao ponto B, a nossa animação turística está devidamente enquadrada no decreto de lei que nos regulamenta, cento e oito barra dois mil e dezanove de quinze de maio. Caso tal inferência tenha sucedido, pergunto porquê o tratamento privilegiado e a discriminação perante outros como por exemplo, os representantes dos TVDE, transferes, comboio turístico, jipes safári, etc. A confirmar-se, sérias dúvidas devem ser colocadas sobre a independência, ética e seriedade da elaboração do documento. Lamento dizer, mas devo transmitir aqui, que a opinião geral dos operadores de Tuk tuk, que a câmara agiu de má-fé neste processo,



tivemos conhecimento e apresentação da proposta de projeto no início do ano, nunca mais desde então, ninguém nos informou sobre nada. Deixo aqui algumas considerações, as nossas viaturas não excedem o permitido no regulamento geral do ruído, as emissões de escape são inferiores ao veículo automóvel menos poluente no mercado, logo porquê a discriminação em nos quererem impor veículos elétricos. As nossas paragens devem sempre ficar em locais de passagem de turistas para que assim possamos ter clientes e não em locais remotos, isto é querer inviabilizar o nosso negócio. O nosso horário deve ser pelo menos igual ao do comboio turístico, ao que nos querem impor na época baixa, que são oito horas seguidas, nem sequer contempla tão pouco período de almoço ou descanso e, se inclusive, uma das justificações para a elaboração deste regulamento é combater a sazonalidade, a época alta deve iniciar-se mais cedo, faz todo o sentido. A câmara municipal de Albufeira deve garantir condições para que os operadores turísticos e empresários realizem as suas funções e atividade empresarial de forma mais adequada e não o contrário. A Câmara Municipal de Albufeira tem o dever de salvaguardar a preservação de todos os postos de trabalho, assim está previsto na Constituição portuguesa e não o contrário. No artigo cinquentésimo oitavo, do direito ao trabalho incube ao estado promover a execução de políticas de emprego e não o contrário. Por todas as razões aqui esplanadas e outras mais, mas não tenho tempo, este regulamento não pode ser aqui aprovado, muito menos, se for algo semelhante àquilo que no início do ano tivemos acesso, e nunca mais. Muito mais teria por dizer, peço então que não seja aprovado, muito menos desta forma, porque há muitos pontos aqui a ter em consideração.” -----

Rodney Sudário: "Boa noite a todos, com muito respeito que me dirijo a esta casa, venho expor a minha preocupação diante do novo regulamento dos TukTuk de Albufeira. Eu vivo nesta terra há quase vinte anos, aqui construí a minha vida, adquiri nacionalidade, comprei a minha casa. Escolhi esta terra para criar os meus filhos, a minha esposa é holandesa, vivi na Holanda durante um bom tempo, mas entretanto escolhemos Albufeira para viver, porque eu acredito na força dessa terra, na força dessa gente, na sua cultura que é muito rica, para além das belezas naturais. Hoje porem, enfrentamos uma proposta que pode acabar com isso, eu sou dos mais recentes no setor e temo por isso, porque fiz um investimento grande para poder dar um futuro melhor os meus filhos. Isto tudo senhores, não se trata apenas de números e licenças, trata-se de famílias inteiras que dependem e vivem dessa atividade. Os TukTuk já



fazem parte da identidade turística de Albufeira, queiram ou não, mas é verdade. Nós somos a ponte que liga as belezas naturais e os olhos daqueles que nos procuram, por isso, eu peço essa Assembleia que oiça a nossa voz, que não nos vejam apenas como números e estatísticas, mas como cidadãos que escolheram esta terra, que aqui vivem, investem, criam os seus filhos e como vocês mesmos dizem, Albufeira é de quem a vive, nós vivemos Albufeira, os TukTuk vivem Albufeira meus senhores, portanto não nos tirem o privilégio e o prazer que é viver nessa terra." -----

Ana Isabel do Vale: "Boa noite, o assunto que me traz aqui é o saneamento básico no Cerro do Roque, já aqui foi falado na Assembleia por mim e por outros moradores, numa assembleia de doze de maio. Posteriormente, passado um mês, dois dos moradores meus vizinhos dirigiram-se aos serviços de águas e saneamento da Câmara, falaram com uma pessoa lá que lhes disse que realmente o projeto ainda não estava a ser feito, que já estava em cima da mesa, mas que ainda não estava a ser feito e passado poucos dias, no final de junho, na Assembleia Municipal de trinta de junho, inquirido aqui pelo senhor deputado Domingos Coelho, ao senhor presidente da câmara sobre o mesmo assunto, o senhor presidente da câmara respondeu e, eu fiquei agradavelmente surpreendida, que realmente o projeto já estava a ser executado, pelo menos foi o que eu ouvi, acho muito estranho, porque uns dias anteriores diz que não havia projeto, como é que passado poucos dias já há projeto? Passaram três meses, entretanto, gostava de saber em que ponto é que está o projeto, se realmente já está a ser executado e se já há alguma data para ser aberto o concurso." -----

Serhiy: "Boa noite, venho mais uma vez aqui na qualidade de representante dos moradores da Rua da Alfarrobeira, lote nove e dez, expor uma situação que já se arrasta há anos, prejudicando o agravamento, a qualidade de vida dos residentes desta localidade. É do conhecimento de vossa excelência e, de todos os presentes que a empresa privada apoio ao sem abrigo, que atualmente ocupa o imóvel, tem desenvolvido atividades que ultrapassam claramente os limites da razoabilidade e, respeito pelo direito dos moradores. As cargas e descargas de mercadorias prolonga-se até horas absolutamente indevidas, frequentemente até à meia-noite, incluindo sábados, domingos e feriados. Estes procedimentos são acompanhados de ruídos insuportáveis, batidas estrondosas, portas de viaturas a bater, vozes elevadas, até gritos. Tudo mesmo debaixo da nossa janela, estamos literalmente privados do nosso direito fundamental ao descanso e à tranquilidade dentro das nossas próprias casas. Senhor



Presidente, esta situação não é nova, já apresentámos a nossa preocupação por diversas vezes, mas continuamos a ser sistematicamente ignorados. A pergunta que fazemos é simples, quando arrendou o espaço a esta entidade teve em consideração o impacto que as suas atividades poderiam causar aos moradores?! Consultou a opinião de quem aqui vive, ou foi mais fácil fechar os olhos porque o desconforto não se passa nas suas casas, mas sim nas nossas." -----

Carlos Padeiro: "Os moradores da Rua da Alfarrobeira não são cidadãos invisíveis, somos eleitores, contribuímos para a vida política da cidade, depositamos a nossa confiança em vossa excelência e nos membros desta câmara municipal, exigimos ser ouvidos, exigimos que os nossos direitos sejam respeitados. A Câmara Municipal de Albufeira não existe para servir interesses privados, a sua missão, Senhor Presidente, é servir o público e, garantir que os cidadãos possam viver com dignidade. Não queremos mais promessas vazias, não queremos ser encaminhados para vereadores que nada fazem, que ignoram o problema ou fingem não compreender o que está em causa. Se não tem competência para agir devem passar a dignidade de ceder lugar a quem tenha a capacidade de resolver esta situação. Senhor Presidente, a hora de assumir a responsabilidade chegou, não queremos mais palavras ou justificações, o que exigimos é todo o respeito que nos é devido, são ações imediatas e eficazes que ponham fim ao sofrimento dos moradores. Exigimos uma solução definitiva, e se esta câmara municipal não for capaz de resolver este problema continuamos a vir a esta assembleia até que seja tomada a devida providência, porque os nossos direitos e, a nossa qualidade de vida são ignoradas. Pergunto, será que gostariam de ter situações destas debaixo das vossas casas? Interromper o vosso descanso? Já há anos, temos assistido a tudo, de todo um pouco, casa de banho no chão, estamos livres disso, por agora, montes de gente ali à procura de comida, aos gritos, pancadarias, palavrões de toda a ordem, de momento também estamos livres. Mas o barulho, à noite, batidas na porta, batidas nas portas da carrinha, tabuleiros caídos de inox que faz um barulho tremendo, para quem já está a querer descansar é muito. É demais. Já há anos que estamos nisto, temos falado, tem havido promessas, nada feito." -----

Presidente da Câmara: "Agradeço as questões colocadas aqui, todas elas independentemente de serem positivas ou negativas, estando em acordo com algumas e desacordo com outras questões aqui levantadas. Sobre a senhora Patrícia Cardoso, relativamente à entrega das infraestruturas àquela empresa da Bela vista, está em



proposta, apresentar uma proposta para a receção daquelas infraestruturas, porque se não for apresentado de uma determinada forma, se não for uma conjugação de esforços entre a entidade privada e a utilidade pública, dificilmente se consegue resolver aquela situação, estamos a iniciar negociações para ver o que se consegue ali resolver, não vai ser pouco demorado, enfim, tem é que se começar por discutir e para chegar a um ponto de entendimento entre as duas entidades, portanto, a seu tempo, com certeza que irão haver algumas novidades. Relativamente à questão da Smart City, se calhar disse bem, a Smart City, se calhar não é aquela plataforma que todos nós desejaríamos, que uma pessoa apresenta uma sugestão ou uma queixa, seja aquilo que se entender e, não segue o processo até que chegasse ao fim a sua resolução. Mas é uma questão a rever-se, e fica daí a sua sugestão e a sua intervenção. Relativamente ao corrimão na Rua dos Cucos, vou tratar disso amanhã, uma vez que ninguém tratou até agora. Depois a questão do caminho Páteo Village até à AHETA, aquilo não é uma estrada, é um caminho que, por sinal, foi alcatroado há alguns anos e, por sinal, digamos quase indevidamente, passa ali trânsito como se fosse uma estrada normal. Tudo isso são situações que nos escapa, e que não se consegue resolver do pé para a mão. Eu próprio passo lá às vezes, raramente, mas passo, mas é daquelas situações que a frequência do uso começa a ser motivação e motivante para fazer ali uma outra via de comunicação com mais condições para cruzamento, vamos tentar que isso aconteça, ainda há dias falava nisso com um técnico da câmara, vamos ver o que é que se consegue fazer ali naquele espaço, que tem movimento a mais e, é natural que com aquelas condições que haja essas perturbações. Relativamente às bolsas de estudo vou aguardar para a senhora vereadora depois responda. A senhora Ana Sofia Marcelino, sobre as questões culturais, agradeço as suas sugestões, evidentemente que a questão da biblioteca itinerante já há uns anos se falou nisso, há uns anos tive esse projeto entre mãos, depois com a questão da crise financeira caiu, é uma situação que pode eventualmente rever-se. Está também a possibilidade de haver uma extensão da biblioteca Lídia Jorge em Ferreiras, talvez na parte mais povoada e, iremos ver o que é que se poderá fazer. A senhora Ana Rita Batista, falou das salas de aula da escola da Guia e, a questão da alimentação. Pedia ao senhor Presidente da Assembleia para que a senhora vereadora interviesse neste campo, das bolsas de estudos, sobre o filho da senhora Patricia Cardoso, que tem ensino técnico-profissional, e a questão da



alimentação na escola da Guia, bem como as condições das salas de aulas também na escola da Guia.” -----

Vereadora Cláudia Guedelha: “Boa noite, peço desculpa cheguei um pouco atrasada, porque estava ali numa outra situação, não ouvi bem as questões, mas vou tentar responder de forma assertiva ao que foi colocado. Relativamente à professor Ana Rita, falámos esta tarde, eu e o senhor diretor do agrupamento sobre algumas questões que estavam pendentes, inclusive falámos sobre umas situações que efetivamente estavam a incomodar ou a prejudicar o seu trabalho, que penso que estão aparentemente resolvidas. Mas, o professor Humberto, e ele está a ouvi-nos em casa, porque trocámos mensagens há pouco, não me falou nessa questão da alimentação. Portanto, a nossa nutricionista e também temos uma engenheira alimentar, costumam com frequência ir lá almoçar e, estarem atentas a todo esse funcionamento. O ano letivo começou há pouco tempo, se há algum problema relativamente com a empresa que nos presta esse serviço, pois vamos lá almoçar, vamos analisar, vamos ver para ficar resolvido. Relativamente à questão do ar condicionado central, ainda há algum tempo tive também com o coordenador de escola e, com os técnicos, estivemos a avaliar a hipótese de colocar ares condicionados, separados em vários sítios, ou efetivamente avançarmos para a colocação do ar condicionado central. Chegámos à conclusão que, para dar resposta às necessidades, que é importante colocar o sistema central, está a ser elaborado o caderno de encargos para avançarmos com o mesmo, que esperamos que esse processo seja o mais rápido possível para resolver a situação, não só de uma sala, ou do auditório, mas da escola toda. Relativamente às bolsas de estudo, tendo em conta a característica específica, e também, já falámos com a dona Patrícia, algumas vezes sobre essa questão, vou sugerir, ela tem o meu contacto, venha falar comigo e com a ação social, porque é a nossa pretensão, tal como alterámos nos TeSPS, alterarmos também o nosso regulamento esse tipo de resposta, mas contudo e mediante a situação: Eu própria vou me certificar e, ver o que é que aconteceu relativamente a essa situação específica que foge do âmbito nosso regulamento, mas amanhã já lhe digo e certamente vamos analisar novamente o processo. Há pouco ouvi a senhora Isabel Pinheiro, relativamente às questões que aqui colocou, portanto, a dona Isabel Pinheiro é nossa funcionária, se existe algum problema relacionado com questões de recursos humanos, ou da saúde no trabalho também tem o meu contacto, ainda não marcou para falar comigo, penso que o fará em breve para tentarmos



perceber ao pormenor o que é que está por explicar. Depois queria só referir à questão que foi apresentada sobre a instituição CASA, da última vez que os excelentíssimos munícipes tiveram aqui presentes eu, própria disponibilizei-me para ficar lá na sede da instituição, de forma a tentar analisar o que estava lá a acontecer. Contactei a presidente da associação e, enquanto decidíamos o que é que seria melhor fazer para conseguirmos identificar então os problemas, porque as conclusões não são convergentes, os munícipes têm uma posição muito clara que vêm aqui manifestar relativamente ao que lá se passa, entre lá ficar sozinha ou acompanhada da instituição pensámos num outro processo que foi pedir ajuda à Guarda Nacional Republicana. Estou a dizê-lo aqui, porque ainda no sábado falei com o Major Pereira, sobre esta questão e pedimos às forças que estão ali na frente, no silêncio da noite e durante o período noturno que estivessem atentos a todos os movimentos que possam ali acontecer, porque eles estão de frente e, para nos ajudarem relativamente a este processo. Não foi identificada nenhuma situação, o que foi aqui referenciado hoje, penso eu trata-se, de um movimento por volta das dez e tal da noite, penso eu, que é quando a carrinha vem com a recolha de toda a alimentação que é recolhida por parte dos donativos, dos empresários do município. Eu não sei se é nesse período que isto acontece, porque dá-me a ideia que mais tarde não há nenhum tipo de barulho ali, até porque as refeições não são ali distribuídas há muito tempo, a partir das seis horas não há ali nenhum funcionamento, portanto, eu acredito que seja esse transporte da alimentação que possa estar ali a provocar algum barulho e, eu própria vou me certificar se será esse o problema e, com a ajuda da autoridade que está lá em frente, todos os dias e que nos pode ajudar a resolver esta situação." -----

Presidente da Câmara: "Depois, a intervenção do senhor Manuel Merceano e aqui não vou tecer grandes considerações nem resposta àquilo que disse, vai ter depois de explicar estas coisas de uma outra forma, porque sinto que não fiz absolutamente nada de mal, não falei com a polícia municipal para mandar fazer aquilo que disse, não chamei funcionários por serem de um determinado partido, não fiz absolutamente nada disso. E, prova-se muito facilmente que não fiz. Sempre tive respeito democrático, não sei se sou competente ou incompetente, sei que sou trabalhador, sou dedicado, estou aqui todos os dias às sete da manhã para responder perante os nossos cidadãos. E o senhor vem para aqui levantar falsos testemunhos e levantar questões que são extremamente graves, mas vai ter de prová-lo. Sobre a dona Isabel Pinheiro, falou sobre o Vítor



Ferraz, isso é um assunto que tem esclarecer na escola, porque na escola é que se faz a gestão da escola, no agrupamento. O senhor Carlos Lima, agradeço a sua intervenção, no fundo é história, para dar a conhecer aquilo que foi o papel da associação de moradores, e que é ainda, mas também como foi criada, pelo contributo que deu, é uma situação extremamente atual, é extremamente pertinente e que vem numa altura precisamente própria. Relativamente à questão do saneamento básico no Cerro do Roque, o projeto de uma empreitada qualquer que seja, não começa por e simplesmente com o lançamento do concurso para fazer projeto, até lá, tem de se fazer o estudo prévio, tem de se fazer informações nos serviços internamente para depois despoletar o procedimento concursal para a elaboração do projeto. Depois da elaboração do projeto produz o caderno de encargos, o aviso de abertura de concurso e lança-se a empreitada, evidentemente que não consigo dizer se é amanhã ou se é depois, o que é certo e que isso já começou. Não está lançado ainda o concurso para elaboração do projeto, mas está-se a preparar precisamente essa situação para elaborar o projeto, neste momento, posso dizer que em Paderne já foram efetuadas há poucos anos para cá um sistema de saneamento nos Matos de Cima, essa zona está toda com o saneamento em funções, está a ser feito o saneamento de Vale Pegas, também está praticamente terminado. O projeto da freguesia de Paderne Norte, que apanha a zona de Alcária, Ribeira de Alte, por aí fora, está já elaborado esse projeto há dois ou três anos ou mais. Por circunstâncias várias, não foi ainda a concurso e, agora está esse que a freguesia de Paderne não ficará toda coberta a cem por cento de saneamento, mas ficará muito próximo de isso acontecer. Portanto, está em andamento, mas não será com a rapidez que se queria. Relativamente às questões levantadas pelos senhores proprietários ou representantes de associações dos TukTuk quero dizer que, tendo em conta a forma o regulamento foi elaborado por uma comissão nomeada para o efeito, penso que isso foi tudo salvaguardado, quando há uma discussão pública de qualquer regulamento ou de qualquer projeto de regulamento, ou projeto de código as pessoas que se manifestarem interessadas podem fazer propostas de melhoria, no seu entendimento. Temos de entender que há muita gente que colabora na discussão pública de um determinado documento e, depois há questões que são levantadas, são aceites e, há outras que eventualmente não poderão ou nem deverão ser aceites, porque nem tudo pode ser aceite, senão chegava-se a uma situação de confusões ou até um conflito de opiniões que não se chegava a conclusão absolutamente nenhuma.



Evidentemente que, qualquer regulamento tem sempre a possibilidade e provavelmente algumas necessidades acontecem, de haver pequenos ajustes, pequenas alterações à medida que vai entrar no ativo. Há até situações, ainda há bocado ouvi falar em cavaletes que não foram permitidos, isso é uma questão de alguma forma menor, que nem carece de estar escrito no regulamento, porque se formos ver o regulamento dos táxis não tem lá escrito que as paragens dos táxis têm de ter um telheiro com não sei quantos metros, não tem nada disso. O mesmo caso as paragens do GIRO, umas têm um resguardo coberto e de lado, e outra não têm, têm só um banco, mas a qualquer momento pode-se colocar, desde que haja espaço, outras coisas, independentemente de estar no regulamento ou não. Portanto, há coisas que podem não estar no regulamento, que não tem nada a ver com o regulamento e, são perfeitamente realizáveis e factíveis no local. Por exemplo, falaram numa paragem na Avenida da Liberdade, vai entrar em vigor no final da chamada época alta, não será a altura que fará mais falta, mas a qualquer momento pode-se verificar a necessidade e a possibilidade, tem de se juntar as duas coisas, porque há aqui uma coisa que não é possível, é que não pode haver tudo a parar no mesmo sítio ao mesmo tempo. Nós às vezes, comparamos situações que não são comparáveis. Albufeira tem uma estrutura viária, em termos de mobilidade, no interior da cidade que é extremamente complicada em termos de largura das vias, tendo em conta o movimento que tem, porque no futuro, daqui a uns anos provavelmente o que vai ter que acontecer é, que a parte urbana de Albufeira não tem trânsito absolutamente nenhum, porque há um choque num determinado local de trânsito, de pessoas que vão para o parque de estacionamento, trânsito dos táxis que têm praça lá em baixo, depois se houver o trânsito dos TVDEs, se houvesse o trânsito dos TukTuk, o trânsito dos carros que vão para o parque de estacionamento do edifício Albufeira na praça dos pescadores, portanto, tudo isto cria ali uma zona de conflito tremenda. O mês de julho e agosto, seria quase impossível lá andar se não houvesse algumas regras e, necessariamente tem de haver algumas regras. A Câmara Municipal também vai ter de elaborar um regulamento para a questão dos TVDEs, necessariamente e obrigatoriamente e, tem de ser a qualquer momento. Os próprios táxis se calhar até é da vontade deles que a paragem não seja lá em baixo, só que temos de escolher o sítio para ter a paragem, mas o espaço geográfico não estica, não alarga, há determinadas zonas onde os passeios nem meio metro têm, não há lugar para as pessoas passarem. Imaginemos agora aqui um exemplo, não fosse o



planeamento da cidade de Lisboa com a Avenida da Liberdade, no Marques de Pombal fazer aquele planeamento após o terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco, era uma catástrofe. Não estou a dizer que, aqui teria de ser um segundo Marques do Pombal, temos de viver com aquilo que temos. Temos de minimizar o que temos, mas temos de entrar em conjugação de esforços uns com os outros. Penso que se vai ultrapassar todos estes problemas, ou a maior parte deles. Podem crer, eu prezo muito e valorizo muito o trabalho que vocês fazem, ainda há dias ouvi um de vós, a explicar aos turistas que estavam sentados no banco uma determinada situação sobre a Igreja Matriz e achei interessante a forma de o fazer, portanto, eu não ponho em dúvida o vosso empenho, a vossa dedicação para Albufeira relativamente à receção dos turistas. Vamos é conjugar aqui os vários interesses, e havemos de tentar resolver os nossos problemas. É o que vos posso dizer neste momento.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes de passar ao período de Antes da Ordem do Dia, gostaria de dizer aqui algumas palavras, até porque esta é última sessão formal deste mandato, uma vez que não continuarei porque não sou candidato. Gostaria de agradecer e, deixar aqui algumas breves notas de agradecimento. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, representantes dos diversos órgãos do município, amigos e excelsos cidadãos, caríssimos albufeirenses. Ao despedir-me hoje das funções de Presidente desta Assembleia Municipal de Albufeira, falo com o coração cheio de uma profunda gratidão e, com a convicção de que servimos sempre um bem maior, a nossa terra e os nossos concidadãos. Ao longo destes anos, houve debates, houve discordâncias e, por vezes, discussões mais acesas, mas, o nosso mote foi sempre o mesmo, defender Albufeira e os albufeirenses, pugnar pelas ideias e pelas propostas que cada um de nós acreditava serem as melhores para o concelho. Foi esse o respeito, pela causa comum que permitiu transformar divergências em contributos para o interesse público. Despeço-me com a consciência tranquila, por tudo quanto juntos conseguimos realizar ao serviço da comunidade. Foi uma honra servir esta casa e, a nossa terra, defender os princípios da democracia local e, procurar em cada sessão o melhor do interesse público. Quero desde já agradecer a todos os membros desta Assembleia Municipal, pelo empenho, pela seriedade e pelo respeito com que sempre trataram os trabalhos. As nossas diferenças políticas e de opiniões foram, muitas vezes fonte de debate aceso e construtivo, mas permitiram decisões mais racionais e



mais justas e não passaram disso, de discordâncias políticas e nunca de quezílias pessoais. Agradeço igualmente ao senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente, a todos os vereadores, aos serviços municipais, às forças vivas do concelho e aos cidadãos que acompanharam e participaram das nossas iniciativas. O vosso envolvimento foi essencial. Sinto-me especialmente grato aos membros da Mesa da Assembleia, à Cláudia Raimundo, que não está hoje presente connosco, ao José Vila-Nova e ao Luis Afonso que nos tem acompanhado ultimamente, cuja colaboração de todos foi imprescindível para o bom funcionamento dos nossos órgãos. A coordenação das sessões, a preparação dos trabalhos e a exigência de cumprir os prazos e as normas institucionais só foram possíveis graças ao profissionalismo e à disponibilidade de todos os que comigo partilharam esta responsabilidade. Gostaria de prestar um agradecimento especial aos líderes de bancada, ao Domingos Coelho, ao Raul Ferreira, à Mónica Félix, à Luna Silva, permitam-me que os trate assim, pelo empenho e pela responsabilidade que tiveram ao representar os seus grupos parlamentares. E, faço agradecimento e uma referência muito particular ao deputado Carlos Quintino. Tivemos diferenças de opinião, por vezes bem acesas, mas sempre mantivemos a educação e a cordialidade. Reconheço nele um deputado que, soube defender as suas ideias com firmeza e respeito e, é com esse espírito que, lhe presto a minha homenagem. Quero de modo muito particular dirigir uma palavra de reconhecimento e carinho às secretárias do gabinete da Assembleia, Luisa Alambre e Isabel Catatão, muito obrigado. Obrigado pelo apoio incansável, pela atenção a cada detalhe, pela organização de inúmeras reuniões e documentos, pela prontidão sempre que a urgência bateu à porta, mais do que a competência técnica, vocês trouxeram simpatia, calma, e humanidade ao quotidiano desta casa. Aprendi convosco a valorizar a paciência diante das pressões, a importância da preparação rigorosa e a subtileza de um gesto cordial que muitas vezes facilitam o entendimento entre as pessoas. Foi um privilégio trabalhar com profissionais tão dedicadas e com pessoas tão amáveis. Recordo com gratidão muitos momentos em que o vosso trabalho foi silencioso mas foi determinante nas noites em que a agenda era longa, como hoje, nas sessões em que era necessário clarificar procedimentos, nos contactos com os munícipes que procuravam respostas e nos pequenos cuidados que tornaram possível uma atividade pública mais eficiente e mais humana. Levo comigo igualmente os ensinamentos de responsabilidade, descrição e proximidade que vi em vocês e, que, certamente continuarão irão manter servindo a



Assembleia e o Município com excelência. Um muito obrigado. A todos os funcionários do município manifesto o meu apreço pelo contributo quotidiano desde os serviços administrativos até aos técnicos e, operacionais. A democracia local não funciona sem o trabalho competente e, muitas vezes discreto de quem está nos bastidores. Ao despedir-me, renovo a minha confiança no futuro desta Assembleia e, no potencial do nosso concelho. Estou convicto de que, os valores que defendemos, transparência, diálogo e responsabilidade continuarão a nortear o trabalho dos que ficam e daqueles que vêm. Espero, deixar um legado de colaboração e, de respeito institucional, que inspire as próximas gerações de dirigentes e munícipes. Saio com a noção clara de que tudo é temporário nesta vida. Chegou para mim o momento de dar lugar a novos elementos, é tempo de fazer uma pausa, depois de trinta anos de dedicação à causa pública e, faço sem mágoas, sem crispações, mas com a serenidade de quem cumpriu o dever com honra e lealdade. Levo muitas memórias, ensinamentos e amizades que permanecerão para além do mandato, pelo que, só lamento deixar o vosso convívio pessoal que, com certeza será colmatado em outras ocasiões e encontros. Termino, reiterando o meu obrigado a todos, aos eleitos, aos colaboradores e aos amigos. Desejo a todos um contínuo sucesso, saúde e serenidade para prosseguir ao serviço de Albufeira. Continuem a trabalhar com transparência, diálogo, educação, respeito, lealdade, uma profunda convicção na cultura democrática e um enorme sentido de serviço público. Eu não exercerei as funções, mas permanecerei atento e, sempre disponível para o que seja necessário e útil ao nosso concelho. Muito obrigado a todos." Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, queria primeiro que tudo saudar os munícipes que estão aqui hoje a expor os seus problemas, porque entendo que efetivamente esta é a casa da democracia do nosso município e, entendo que, aquilo que é a participação cívica, é extremamente importante, porque não só enriquece o nosso concelho, mas também nos enriquece a nós enquanto deputados municipais e, portanto, muito me apraz ver esta casa cheia de pessoas a participar, a ouvir a expor os seus problemas de uma forma absolutamente frontal e, também sei que certamente o Senhor Presidente e o executivo tudo farão para conseguir dar respostas efetivas a estas pessoas. Por



outro lado, queria também referir que tivemos ao longo de quatro mandatos, se a memória não me falha cerca de cinquenta assembleias municipais. Essas assembleias municipais foram assembleias municipais extremamente importantes, cada uma com a sua ordem de trabalhos e, cada ponto mais importante que o outro. Nessas assembleias municipais, a bancada do PSD/CDS teve uma participação sempre ativa, construtiva, fiscalizadora, independentemente de o executivo ser da nossa cor partidária. Entendo que, a nossa bancada foi uma bancada muito ativa neste mandato, que esteve sempre, digamos, na defesa daquilo que era o melhor para Albufeira. Como o Senhor Presidente disse e, muito bem, houve períodos de divergência, mas essas divergências entendo eu que foram divergências positivas e, que ao fim ao cabo acabaram por resultar em bom porto. Chegamos aqui a vários entendimentos, chegámos aqui à resolução de vários projetos, a aprovação de vários regulamentos, o mandato de algumas comissões de trabalho e tudo isso em prol da nossa terra e, tudo isso praticamente pro bono, porque para quem não sabe, os deputados municipais recebe uma singela senha de presença que dá pouco para aquilo que é a deslocação para a Assembleia Municipal. Parece-me a mim que todos aqueles que aqui estiveram durante este mandato estiveram aqui de corpo e alma, estiveram aqui presentes pela positiva, exercendo um mandato que realmente me parece que deu frutos e contribuiu muito para o desenvolvimento da nossa terra. Eu gostaria de agradecer, naturalmente a todos também porque também estarei ausente, ou pelo menos do ponto de vista político-partidário estarei ausente durante quatro anos, não enquanto cidadão, enquanto cidadão vou fazer questão de participar, participo desde muito jovem e vou continuar a participar ativamente naquilo que é a vida do nosso concelho e quiçá também em algumas assembleias enquanto cidadão. Eu gostaria de agradecer especialmente à bancada do PSD/CDS por aquilo que foi, a todos os deputados municipais, por aquilo que foi o trabalho, por aquilo que foi o empenho, gostaria de agradecer em especial ao José Vila-Nova, à Cláudia Raimundo e ao Luis Afonso que representaram a bancada PSD/CDS na Mesa, que têm um trabalho, como o Senhor Presidente disse e muito bem, importante, não só naquilo que é a condução e aquele que é o trabalho visto durante a assembleia, mas também da sua preparação e, que muitas vezes é um trabalho que embora ninguém veja tem realmente uma importância efetiva. Gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, por aquilo que foi a elevação que conseguiu trazer a esta assembleia, porque aquilo que foi a moderação que conseguiu trazer, não é fácil, umas vezes correu bem, outras não



correu, mas a vida é efetivamente assim. Uma coisa é certa, não é um cargo que consiga ser exercido por toda a gente, isso é absolutamente claro e, portanto, gostava também de deixar esse agradecimento. Agradecer ao senhor presidente da Câmara por aquilo que foi a clareza, com que efetivamente sempre nos brindou aqui com os seus esclarecimentos, umas vezes mais claros outras vezes menos claros, mas sempre certamente com aquilo que é o objetivo final que é conseguir ir ao encontro daquilo que são as pretensões dos munícipes. É lógico que, nem tudo aquilo que se pede se consegue realizar e, isso nós sabemos, sabemos que é fácil chegar aqui, pedir isto e aquilo e o outro, a maior parte das questões que o executivo é confrontado durante o seu mandato obedecem a determinados procedimentos, muitas vezes, são procedimentos muito longos, quando se trata de obras, quando se trata de procedimentos concursais em outras áreas que não as obras, depois há aquelas questões mais imediatas, essas sim, que são mais fáceis de ser realizadas, mas muitas vezes podem até emperrar em alguma pequena questão e muitas vezes é o próprio executivo, é o próprio presidente, é o próprio vereador que tem que ligar ao técnico e dizer "atenção, não se esqueçam disto assim que tem que ser resolvido", e aquilo que me apercebo porque estive nessas funções executivas oito anos é que muitas vezes não é fácil, não é fácil porque são muitas áreas, é um concelho que, do ponto de vista da área territorial é relativamente pequeno, mas do ponto de vista da afluência de pessoas, independentemente dos quarenta e quatro mil que consta dos censos, nunca tem cá menos de cem mil e chega a ter meio milhão de pessoas e, portanto, também deixar um agradecimento ao senhor Presidente. Dizer-vos que, para mim foi uma honra participar neste fórum, nesta casa mãe da democracia em Albufeira e, que, podem contar comigo, naturalmente, até ao fim desta assembleia onde nos foi atribuída uma grande responsabilidade, são vinte e sete pontos para terminar, mas podem contar comigo, independentemente de não estar ligado efetivamente às lides partidárias dos próximos quatro anos, podem continuar a contar comigo para aquilo que é o bem do nosso concelho." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, hoje termina um ciclo de quatro anos como deputada desta Assembleia Municipal, foram quase sessenta intervenções, sempre com a mesma convicção, defender Albufeira e os albufeirenses. Durante estes quatro anos fui a voz de quem confiou em mim, mas nunca encontrei da parte do executivo a abertura necessária para ouvir as minhas propostas. Termino este mandato com um profundo sentimento de dever cumprido, mas também de desilusão. A Assembleia



Municipal é muitas vezes chamada a casa da Democracia, no entanto ao longo destes quatro anos, não foi isso que senti, não encontrei aqui um espaço onde os cidadãos podem verdadeiramente pedir ajuda, expor os seus problemas ou confiar que terão respostas claras. Também não encontrei o espaço onde a oposição pode exercer de forma justa e digna o seu papel de escrutínio. As respostas dadas aos munícipes e aos deputados municipais e falo, sobretudo, da minha experiência pessoal, foram na maioria das vezes inexistentes, e quando existem, são respostas vagas, com tom de sermão que em nada ajudam quem procura soluções. Senhores deputados, senhores vereadores, senhores presidentes de junta, senhor presidente, na política não pode valer tudo, a política não pode ser um palco para alimentar egos, a política tem de servir as pessoas, tem de servir quem aqui vive, quem aqui trabalha e quem sente esta terra como sua. Este executivo habituou-se a governar como se Albufeira fosse sua propriedade, habitou-se a gerir os destinos do concelho com base em jogos de poder, em estratégias de autopromoção e promessas que não chegam a ser cumpridas. Temos de ser realistas, Albufeira enfrenta problemas como a habitação, a mobilidade, falta de salas nas escolas, a saúde, a recolha do lixo, o ruído, a fiscalização continuam por resolver. E é com tristeza que digo, ou mudamos o rumo de Albufeira ou colocamos em risco o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Albufeira merece mais, merece verdade, merece compromisso, merece uma democracia viva, feita de clareza e de proximidade, merece um executivo que seja capaz de planear o futuro, em vez de reagir sempre em cima do acontecimento. O próximo dia doze de outubro será um momento importante para a nossa cidade, qualquer que seja o resultado, deixo um apelo, que nunca se esqueçam que a política serve para servir as pessoas e não serve para servir os interesses de quem governa. Termino este mandato com uma convicção profunda meus senhores, Albufeira não é quem governa nem de quem a vive, Albufeira é de todas as pessoas, é nossa, e são dos albufeirenses. Para terminar, um agradecimento muito especial ao Doutor Francisco pela coragem, por estes quatro anos pelo seu trabalho, pela sua dedicação e pelo seu empenho." -----

Silvia Dias: "Boa noite, hoje termino este mandato de quatro anos, vivemos numa sociedade democrática, onde cada um de nós assume ao longo da vida diferentes papéis sociais. Naturalmente estes papéis podem, por vezes, entrar em conflito, mas é justamente essa diversidade de perspetivas que enriquece a democracia e é com espírito, que tive o privilégio de representar os cidadãos de Albufeira nesta casa, a



casa da democracia, a nossa Assembleia Municipal. Foi sem dúvida, uma experiência de grande valor, quer a nível pessoal, quer a nível profissional, aprendi, cresci, senti ainda mais fortemente o dever de servir a comunidade. Acredito profundamente que todos os munícipes deviam ter a mesma oportunidade e também a responsabilidade de participar ativamente na vida da Assembleia. Só com a voz de todos podemos tomar decisões mais justas, mais equilibradas e verdadeiramente representar os interesses comuns. Numa das minhas primeiras intervenções, destaquei a importância dos trabalhadores desta autarquia e hoje, com a mesma convicção, volto a reforçar essa mensagem. Sou funcionária desta casa há muitos anos, com muito orgulho e sei, por experiência própria que a instituição só funciona bem quando os seus trabalhadores têm condições de trabalho seguras e motivadoras. Investir nas pessoas que servem diariamente o município é investir na qualidade dos serviços públicos, no bem-estar da população e na confiança nas instituições. Por isso, deixo mais uma vez o meu apelo, valorizemos quem cá trabalha diariamente, com dedicação e sentido de missão, porque Albufeira merece o melhor de todos nós e esse melhor é possível com respeito, reconhecimento e condições adequadas ao trabalho." -----

Carlos Mendes: "Boa noite, já não é a primeira vez que oiço falar da instituição CASA, hoje foi a última vez e, por acaso trazia qualquer coisa para falar sobre essa instituição. Nós quando falamos da instituição CASA, não sabíamos o que era, até termos precisado dessa mesma instituição. Há volta de dois meses atrás, houve falta dessa instituição, para socorrer uma pessoa fragilizada e sem condições de vida, nem de habitação, nem de alimentação. Nessa altura, recorri ao Jorge do Carmo, presidente da junta de freguesia de Ferreiras, para o informar que tínhamos de resolver a situação desse mesmo cidadão que, não tinha ninguém, repito, ninguém para o socorrer. Esse rapaz queixou-se que estava sem alimentação, queixou-se que estava sem forças para trabalhar, porque trabalhava junto de algumas pessoas e, as pessoas com caridade o orientaram. Resumindo, o senhor Jorge do Carmo, liga para a associação Casa às dez e pouco da manhã, quando era onze horas já a associação CASA estava a contactar comigo e, quando era meio-dia e meia, a associação CASA estava lá, numa casa sem condições nenhuma, que nem toda a gente lá entra, elas entraram lá dentro. Elas tiveram lá para o alimentar, o pouco tempo de vida que restou a esse jovem, tiveram lá para ir com ele ao médico, ao centro de saúde, tiveram lá para o acompanhar ao Hospital de Faro, tiveram lá sempre, sempre, até ao enterro dele.



Portanto, quando eu oiço falar nesta associação, antes de vir para aqui também falei com a minha contabilista e dei-lhe ordem ou autorização para que, das minhas empresas aquele um por cento que sai do IRS ao final do ano, irá para essa associação. Irei perante outras pessoas e, vou apelar aqui a toda a gente, que veja e, que tome atenção a essa associação. Quero agradecer aqui à coordenadora Cátia Pereira, excelente, e à técnica, uma senhora brasileira Juliane Costa, dessas pessoas nós precisamos cá no nosso país, nós precisamos de pessoas boas e, que queiram ajudar o próximo. Com isto quero dizer que, oiço pessoas a criticar com os sons, será caso que esta associação e, lhe garanto a si, por aquilo que sofri na pele, e eu não costumo fazer filmes, costumo dizer o que é real e, o que me vai na alma, se calhar temos que arranjar umas instalações melhores para que essas pessoas trabalhem melhor e para que essas pessoas não incomodem ninguém, porque de certeza que elas não fazem de propósito para prejudicarem ou incomodar ninguém. Elas têm de trabalhar e estão a ajudar centenas e centenas de pessoas na nossa freguesia. Esta instituição e outras como estas têm de ser faladas, tem de se falar no bem e, no mal e aqui está o bem e, espero que se tome atenção a esta associação cada vez mais. Dar os parabéns às pessoas que são sócias e voluntarias por aquela associação. De resto, estamos no fim de mandato, não fiz grande coisa, mas fiz o que as minhas capacidades permitiram, fiz o que me foi possível e cá estarei para o mesmo. Falou há bocado no saneamento básico para Paderne, tudo muito bem, nós precisamos é bem-vindo, mas não se esquece que temos de arranjar uma solução, para o aproveitamento dessas águas para a agricultura e desviarmos essas águas dentro da ribeira de Paderne, que isso não pode continuar a acontecer, esses resíduos irem para a ribeira. Obrigado a todos e os que cá ficarem bom mandato e respeitem a população, que foi o que sempre fiz." -----

Domingos Coelho: Boa noite a todos, sendo hoje a última Assembleia, também queria deixar aqui algumas palavras de reconhecimento, vou ser mais sucinto, mas não será menos sentido esse reconhecimento. Em primeiro lugar, uma palavra à Mesa, dirigir-me ao senhor Presidente da Câmara a quem costumo dirigir algumas questões, o senhor presidente às vezes responde como pode ou como quer, mas a nossa relação de amizade faz com que eu muitas vezes perdoe a falta de respostas, mas cá estaremos para outras. Ao senhor Presidente da Assembleia, antes de mais, enaltecer a sua atitude corajosa, principalmente face a muitos e frequentes e muitas sem justificação incidentes regimentais, apesar de tudo isso, penso que manteve sempre uma



imparcialidade, uma equidade na gestão do tempo e do dar e tirar a palavra, em si numa forma simples, de realçar a sua posição democrática e a sua simpatia pessoal. Estou aqui para lhe dar os parabéns e extensivo também aos secretários toda a mesa. Já agora só uma palavra um pouco mais geral, em relação à bancada do Partido Socialista, nestes quatro anos penso que fomos aqui capazes de assumir uma postura de lealdade, com frontalidade, mas com respeito por todas as bancadas e pela Mesa, com certeza, mas, acima de tudo, procuramos tomar aqui atitudes críticas, mas construtivas, apontando sugestões, apontando hipóteses de trabalho. E, saímos daqui com a consciência tranquila, consciência de dever cumprido e, de ter contribuído para a resolução de alguns problemas do concelho e para a afirmação de uma Assembleia democrática e participativa e, realçava aqui a democrática. Agora, passar destas palavras, digamos, de quase adeus, três questões do foro de gestão do concelho, uma delas já aqui se falou, mesmo agora, a questão do saneamento em Paderne, a nossa munícipe, Isabel do Vale, registo que o Senhor Presidente vai, digamos que, tratar dos residentes que não foram contemplados nesse projeto, mas chamava a atenção para a questão da ETAR de Paderne, com toda aquela rede de saneamento de Vale Pegas, Cerro do Roque, e principalmente aquele hotel que está a ser construído em Vale Pegas que provavelmente irá produzi tantos influentes como todos os outros residentes, julgo que a ETAR de Paderne não vai aguentar essa afluência de efluentes e o problema é se vai para a ribeira e, da ribeira vai à fonte e contamina todo aquele aquífero daquela zona. Outra questão tem a ver com as obras do Páteo, foram ali iniciadas obras, qua andaram um pouco para trás e para a frente, na ponta mais a poente da cidade, foram feitas umas sarjetas, mas que não puseram tampas e em vez de tampas puseram bocados de lancil, ou seja aquilo está inacabado e, diria perigoso e a pergunta é: para quando e qual é a solução final daquelas obras? Para terminar, coloquei uma questão no outro dia em relação àquela aquisição de terreno em Ferreiras, nas traseiras da antiga escola primária, que na altura foi aqui dito que tinha duas grandes virtualidades, por um lado permitir o acesso à escola pelas traseiras e acabava com aquela confusão de trânsito todos os dias entre as oito e meia e as nove horas, que faz com que as filas de trânsito cheguem algures quase à zona da Sangria, portanto, é uma questão do trânsito e, a questão é: se o terreno permita a construção de habitação, que agora se diz que é o problema da habitação é grande mas parece que



vai ser resolvido de um pé para a mão, se já há algum projeto para esse terreno em termos de habitação?" -----

Margarida Guilherme: "Boa noite, hoje trago três questões e, uma sugestão da implementação de um polo universitário em Albufeira, fica neste último dia, mas mais vale tarde que nunca, apenas consegui fazê-lo agora. Trago também uma homenagem a uma grande senhora desta terra e, por fim, três ou quatro palavras de despedida, porque hoje temos uma longa agenda. Começo pelo primeiro que será a sugestão da implementação de um polo universitário. Albufeira é um concelho de referência no nosso país, somos cerca de quarenta e cinco mil residentes, recebemos todos os anos mais de quatro milhões de turistas, somos um dos destinos mais procurados da Europa. Temos praias de beleza incomparável, com um interior riquíssimo em tradições, com uma gastronomia extraordinária. Mas apesar de toda esta riqueza, falta-nos algo fundamental, uma instituição de ensino superior, Albufeira não tem ainda uma instituição de ensino superior. Os jovens de Albufeira quando terminam o décimo segundo ano, não têm aqui oportunidades de formação universitária. São obrigados a sair, muitos não regressam e o concelho perde talento, perde população e oportunidades de desenvolvimento. É, por isso que, apresento hoje esta sugestão ao presente executivo, a criação de um polo universitário em Albufeira com capacidade para cerca de dois mil alunos, um polo que sirva em primeiro lugar os nossos jovens, mas que também atraia estudantes de todo o país, de todo o mundo. Um polo que ofereça formações superiores em áreas estratégicas, cursos de licenciatura em turismo e gestão hoteleira, que permitam consolidar e modernizar o setor central da nossa economia. Cursos de licenciatura em Ciências Biomédicas e Enfermagem para reforçar os serviços de saúde e trazer investigação científica à nossa terra. Cursos de engenharia de sistemas e tecnologias informáticas, para preparar profissionais capazes de responder aos desafios da transformação digital. Caros deputados e todos aqui presentes, o lema da Universidade do Algarve é estudar onde é bom viver. Não há lugar melhor do que a Albufeira para dar vida a este lema, aqui é bom viver e estudar aqui seria um privilégio e uma mais-valia para toda a comunidade. Não podemos esquecer uma questão, no entanto que nos ocupou aqui durante quatro anos, a habitação em Albufeira. Para atrair e fixar estudantes e professores, é essencial que este polo universitário seja acompanhado da construção de residências universitárias e habitação acessível com preços ajustados às condições económicas de cada um. Só



assim poderemos garantir que esta estrutura é inclusive, ajusta e sustentável. Um polo universitário em Albufeira não é apenas um investimento na educação, é um investimento no futuro do concelho, que projetada Albufeira internacionalmente, não apenas como destino turístico, mas também como destino de conhecimento, de investigação e de qualidade de vida. Por tudo isso, proponho a esta Assembleia e ao executivo municipal, atual ou futuro, que dê os primeiros passos para tornar este sonho realidade. Passarei à homenagem que gostava de ver feita, não vou pedir um minuto de silêncio, porque já foi há algum tempo que esta grande senhora nos deixou e temos uma agenda gigante, mas vou então passar a ler esta homenagem póstuma que eu gostava de deixar feita aqui nesta nossa querida casa da democracia. Perdemos em junho de dois mil e vinte e quatro, uma grande senhora que muito deu ao concelho de Albufeira, naquele mês e nas assembleias seguintes não conseguiu pedir que se venerasse a sua memória, tínhamos imensos assuntos na agenda muito importantes e acabou por ir passando, entretanto, o tempo então passou, mas não posso terminar este mandato sem deixar aqui algumas palavras singelas sobre ela, que nunca farão jus à imensa energia que exalava, chamava-se Maria de Fátima Estevão da Silva Pontes, mas todos a conheciam como doutora Fátima Pontes, uma advogada muito especial. A doutora Fátima Pontes, nasceu em dezanove de junho de mil novecentos e cinquenta e um, licenciou-se pela Universidade de Lisboa em mil novecentos e setenta e seis e inscreveu-se como advogada em mil novecentos e setenta e nove na comarca de Albufeira, portanto, exerceu advocacia na nossa terra durante quarenta e dois anos. Foi um grande ser humano, amiga de todos os que precisam, defendia causas, mesmo quando as pessoas não tinham condições económicas para pagar os serviços de advocacia, lutava até à exaustão para que se fizesse justiça, era o ombro amigo dos amigos, mas também dos necessitados e dos mais frágeis, era uma grande amiga de um edil deste município que já não está também entre nós, o Senhor Doutor Carlos Silva e Sousa e, certamente amiga e conhecida de muitos de nós aqui dentro desta sala. Considero que, foi uma pessoa excepcional e sei que, existem muitas pessoas que a consideram deste modo e, que lamentam profundamente a sua partida. Será sempre recordada pelos que a conheceram, pela sua elevada competência, profissionalismo, combatividade, espírito crítico e boa disposição incomensuráveis que espalhava em todas as circunstâncias, até mesmo numa cama de hospital, semanas antes de nos deixar, nesta casa em que também devemos defender quem não tem voz, tal como fez



a doutora Fátima Pontes, deixo aqui estas palavras de homenagem em sua memória. Por fim, quero também despedir-me e subscrevo na totalidade as palavras do nosso presidente da Assembleia. Digo só que, estes quatro anos foram para mim uma enorme aprendizagem e despeço-me, muito obrigada." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, tem havido aqui várias intervenções, a modo de balance conclusivo deste mandato, não é por aí que eu vou seguir, que eu acho que a melhor maneira de se fechar o mandato ainda tentar sugerir qualquer coisa. A semana passada constatei junto ao meu local de emprego, sou professor na Escola Secundária de Albufeira, constatei uma movimentação estranha nalgumas zonas circundantes ali na proximidade da escola secundária de Albufeira, e assisti que ali nessas duas zonas, principalmente, assiste-se a uma dinâmica de pequeno tráfico que, naturalmente é alimentado por traficantes maiores. Quem lá pára e, quem quiser consegue observar, porque há algum descaramento que permite ser óbvio o que ali se passa. Constatei também que as mesmas atividades, porque me deslocuei, ocorrem na EBSA, na Martim Fernandes e na Francisco Cabrita. Muitas vezes, são os mesmos elementos, pelo prejuízo que este tráfico traz ao rendimento escolar dos alunos, na sua assiduidade e mesmo no cumprimento da sua escolaridade obrigatória, muitas vezes desistem, a patrulha, enfim, que ali se faz sentir, a escola segura, é muito exígua, é pouco frequente, eles não são muitos e, não podem estar em todo o lado ao mesmo tempo. Direi até que, estes pequenos traficantes conhecem algum padrão desta movimentação mais de vigilância. Sabendo que em breve o município irá ter mais de cem câmaras de vigilância, as setenta e cinco ou setenta, mais ou menos que já tem, ficaram nas zonas, ditas as zonas quentes e mediáticas que foram muitas vezes televisionadas e muito bem, destas cem eu sugeria a este executivo e ao próximo que estas câmaras de vigilância contemplem as escolas, que assim seriam mais seguras e saudáveis para aqueles que em Albufeira pretendem uma excelente formação. Olhando para uma escola de dimensão como a minha pelo menos três não seriam de mais. Por fim, porque estou nesta casa, já vi muitos executivos passarem nesta câmara, enquanto eu estava aqui neste órgão, já estive muitos mandatos neste órgão, é altura de eu sair deste órgão também, não se sabe se para sempre, se por quatro anos, de qualquer maneira, eu quero agradecer a todos os presentes, àqueles que aqui passaram também e que muito contribuíram para esta terra e de alguma maneira, eu gostaria que o que se passa atualmente, na própria Assembleia da República, não venha a contaminar o poder



local, porque muitas vezes, nós aqui temos que estar muitas vezes mais juntos para o bem da nossa terra, do que nos afastarmos em quezílias daquele género que só prejudicam o valor dos políticos e da política. Muito obrigado.” -----

André Lima: “Boa noite a todos, na última assembleia falei da importância de cidadãos atentos e participativos, mesmo não sendo também um candidato, não vou a votos, não estou em nenhuma das próximas listas, comprometo-me aqui e até ao fim e, durante os próximos quatro anos, a manter e a cumprir nesse papel. Queria trazer aqui o assunto da habitação, não preciso fazer uma grande abordagem, porque toda a gente sabe a crise que existe, a necessidade que existe, tudo isso é sabido, tudo isso é, pelo menos, neste momento, reconhecido, tem tendência a agravar, se não for feito nada, ontem, tem de haver uma intervenção muito grande, muito assertiva, muito intensa, muito prioritária durante pelo menos a próxima década. E será esta a minha principal próxima causa. Em relação à Assembleia Municipal, terão um mandato de grande responsabilidade, a lei dos solos que, basicamente, para quem está em casa, para que não está atento ou a par disto das leis, basicamente, é o que permite transformar terrenos que não podem ser construídos em terrenos onde se podem construir casas, a lei dos solos e essa transformação passará sempre aqui pela Assembleia Municipal. Logo, repito, é uma grande responsabilidade que vai recair sobre a Assembleia, quando essas propostas começarem a chegar, queria só pedir, reforçar, exigir que essa lei seja colocada ao serviço dos munícipes, ao serviço da comunidade e não ao serviço dos grandes poderes privados, não naquilo que se costuma chamar as negociatas, essas transformações terão de ser prioritariamente, extensivamente durante muito tempo, até tudo isto estar resolvido para os albufeirenses, ao dispor da comunidade e dos albufeirenses. Como disse, continuarei atento, muito obrigado.” -----

Raul Ferreira: “Boa noite, hoje a noite está um pouco nostálgica, deve ser por ser a última a sessão, mas acho que é uma sessão de esperança, temos de ter esperança no futuro, esperança que a democracia funcione e que um futuro melhor se aproxima a bem de todos nós. Gostava de cumprimentar aqui e agradecer o papel do Senhor Presidente Francisco Oliveira, obrigado por ter ganho a eleição, efetivamente, o seu papel não é fácil e, a minha derrota, de alguma forma, favoreceu-me para aprender um pouco como funciona esta dinâmica das assembleias. Agradecer também ao senhor presidente da Câmara Municipal que, durante este período sempre teve a porta aberta, sempre ouviu as nossas sugestões, sempre dialogámos em prol do bem de Albufeira e



penso que isso é positivo, contrariamente àquilo que muitas pessoas aqui pensam, parece-me que o senhor teve um papel positivo, quer na solução dos problemas, quer também no acompanhamento de muitas coisas que fomos apresentando ao longo destes quatro anos. O MIPA foi um movimento que apareceu com um objetivo preciso, portanto, desapareceu porque decorreu o período de sua execução, do seu projeto, foi quatro anos e, portanto, nós fomos ao longo deste tempo apresentando moções, dando sugestões sempre de uma forma positiva e sempre em prol de Albufeira, que foi esse o nosso objetivo, da criação do nosso movimento. Não fizemos oposição para fazer oposição, fizemos oposição e apresentámos propostas sempre com um sentido preciso, isso para desgosto de muita gente, que pensava que seríamos uma oposição daquela mais frenética e que vê negativismo em tudo o que acontecesse em Albufeira. Efetivamente, nós temos uma visão positiva de Albufeira e continuaremos a lutar por Albufeira. Muito obrigado a todos pela vossa amizade, acima de tudo e pelo vosso espírito democrático que demonstraram ao longo destes quatro anos.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, eu não tinha uma intervenção, mas não posso deixar de passar sem dizer umas singelas palavras ao Doutor Francisco Oliveira, que merece todo o meu reconhecimento pessoal, de amizade, que conduziu muito bem a Mesa da Assembleia, muitas assembleias foram particularmente difíceis, devido às posições de cada um dos membros e que efetivamente teve um trabalho de louvor. Reconheço-lhe mérito, reconheço-lhe ponderação e tolerância. Muito obrigado. O próximo Presidente irá seguir certamente os seus passos e a sua conduta. Muito obrigado. A segunda questão que eu também não podia deixar de vir aqui falar foi sobre a intervenção da colega Margarida, em que prestou aqui uma homenagem a uma ilustre colega minha de profissão, que não teve certamente o reconhecimento cívico, mas entre os seus pares teve a devida homenagem, foi reconhecida, foi homenageada pela Ordem dos Advogados e, por isso não podia deixar passar aqui em claro que, não teve nenhum tipo de reconhecimento ou homenagem, por isso, a todos bem-haja.” -----

Luna Silva: “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o meu muito obrigado pela sua dedicação, pelas suas palavras e pelo seu empenho nesta casa da democracia. Presidentes de juntas de freguesia, caros deputados e deputadas, público presente e o que nos assiste, hoje realiza-se a última Assembleia Municipal deste mandato, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco e, foi uma honra servir este concelho, foi uma honra servir as pessoas. Hoje é a última



Assembleia Municipal que se avizinha antes das próximas eleições autárquicas de dia doze de outubro. E falo de eleições, porque toda esta assembleia está vestida dela, senão vejamos, primeiro, tem lugar aquando do início da campanha eleitoral. Segundo, é uma sessão com vinte e sete pontos da ordem do dia, o que, desde logo, não cumpre o estabelecido no artigo quarenta e quatro do Regimento da Assembleia Municipal, que refere que as sessões ou reuniões terão um limite máximo de vinte assuntos na ordem do dia, exceto se o presidente da assembleia entender a admissão de outros assuntos, quando a natureza e a urgência dos pontos assim o justifica. Obviamente que a justificação dada será a urgência dos pontos. Mas o mais interessante nisto, é ter visto durante este mandato a bancada do PSD/CDS a trazer à assembleia questões muitas vezes infundadas, não assuntos criando assuntos, sempre de volta do Regimento, com o intuito de desviar os reais problemas desta cidade e tirar a dignidade desta casa da democracia e a sua credibilidade. E eu relembro alguns, a divisão dos minutos dos deputados independentes. A exibição de imagens do concelho aquando de uma intervenção de uma deputada nesta assembleia, a apresentação de propostas de outras bancadas que para o PSD/CDS não eram apresentadas nos tempos que entendiam corretos e pedidos de parecer, e pedidos de recurso, entre outros, tantas assembleias em que o PSD/CDS só usou o seu tempo para falar do seu regimento que já era anterior a este mandato. Mas pasmem-se, hoje ninguém se levantou, hoje ninguém aqui veio falar que temos vinte e sete pontos para deliberar e que é contra o Regimento desta Assembleia Municipal. Mas não fiquemos por aqui, para além da data desta sessão ordinária, para além do incumprimento do Regimento, há uma terceira questão muito caricata, é que mais de metade destes pontos da ordem do dia são claramente o programa do Ser Albufeira. Mas eu passo a explicar, o ponto sete, empreitada de construção de habitação na Quinta dos Barros, Caliços, está no programa eleitoral, com o tema "o que fizemos", ou seja, o concurso ainda nem foi deliberado em sede de Assembleia Municipal e o Ser Albufeira diz que já o fez. E eu pergunto, se o ponto é reprovado? Vão alterar o vosso programa? O ponto nove, alteração e ampliação do jardim de infância da Correeira, no programa do Ser Albufeira diz o que vamos fazer, mas para que não restem dúvidas tive o cuidado de imprimir o programa, para que todos vejam, caros deputados e caras deputadas, é esta a Assembleia Municipal que temos hoje, uma pura campanha eleitoral, em que nos cabe a nós votar o programa do Ser Albufeira. É esta a nossa responsabilidade de hoje e se

o voto for contra a bancada do PSD/CDS vai acusar as outras bancadas de voto de protesto. Mas se o voto for favorável é porque concordamos com o programa do Ser Albufeira. Mas a verdade é que os problemas são todos iguais, independentemente do programa. O partido CHEGA é um partido sério e é um partido responsável, nunca votará de forma política, votará sim em prol dos munícipes, nunca votará de forma a prejudicar a cidade e as pessoas e há sempre que votar em representação dos outros, mas como deputada nunca iria permitir o uso indevido que foi feito nesta Assembleia Municipal sem pronunciar, quando o único objetivo desta assembleia se cingiu em apenas alcançar e conquistar o programa eleitoral do Ser Albufeira. " -----

Carlos Quintino: "Primeiro que tudo, vejo na deputada Luna uma deputada participativa, inteligente e que teve bastante ativa nestes últimos quatro anos e, portanto, interpreto estas últimas palavras dela como o expressar da sua vontade de intervir, porque na realidade, não me levem a mal, mas, uma coisa não tem nada a ver com outra e aquilo que a deputada Luna disse, uma bota não bate com a perdigota, com o devido respeito. Aquilo que entendo e, naturalmente que foi isso que aconteceu, é que pelo aquilo que é a proximidade do final do ano, há essa de aprovar estes pontos e, é lógico que o senhor presidente da Assembleia, como a própria deputada Luna citou tem essa faculdade, se forem mais que aqueles pontos regimentais, pode efetivamente decidir. Acredito que, tenha decidido bem, e que tenha decidido por aquilo que é a defesa dos interesses do concelho e, portanto, não me parece que efetivamente este empulhar desta questão venha resultar no quer que seja. Por outro lado, as nossas intervenções aqui do ponto de vista regimental foram sempre no sentido positivo, muitas delas resultaram de forma positiva, agora é lógico que tem de se partir pedra para se chegar a algum lado e foi esse o objetivo." -----

Presidente da Assembleia: "Dizer que temos vinte e sete pontos, lembrando que, a última Assembleia Municipal do anterior mandato tinha trinta e três pontos. Tentamos aqui fazer todos os possíveis para cumprir com as nossas obrigações. Não seria correto deixar estes pontos que foram acompanhados por esta Assembleia, serem aprovados pela nova Assembleia que irá resultar das eleições do próximo dia doze de outubro." -----

Helena Simões: "Eu agradeço a sua condescendência e liberalidade, uma vez que já esgotámos o tempo vou ser muito breve, cara deputada, as obras que referenciou estavam todas no PPI, já foram aprovadas, a única coisa que estamos a discutir é a



repartição de encargos, apenas e só. Os vinte e sete pontos também estava aquando da feitura e refeitura, aditamento do Regimento e o Regimento era uma prerrogativa que o presidente da Assembleia tinha e acho que já justificou, face à premência dos pontos. Quanto à questão dos minutos que referiu, que o PSD/CDS só interveio na questão dos minutos e outros exemplos que deu, não, o PSD/CDS tentou dar voz aos deputados que ficaram sem bancada, para que os próprios pudessem fazer o trabalho para o qual foram eleitos.” -----

Leonardo Paço: “Eu não venho fazer campanha política e a Helena agora quase tirou o meu tema. Como sabem, não vou ser candidato, mas acho que esta assembleia, este período de quatro anos que aqui vivemos deve ter servido para alguma coisa, deve ter servido para que se acontecer algum caso parecido doravante, como aconteceu comigo e com a Carla Madeira, acho que as pessoas a quem isso aconteça não devem ser tratados da forma que eu e a Carla Madeira fomos tratados. Nós somos deputados eleitos, como todos os outros, há bocadinho a deputada Luna teve, para mim, a displicência de pôr isso em causa, mas sou tão eleito como ela, foram os eleitores que também me colocaram aqui, portanto, não foi o meu voto só, foram os eleitores e na verdade, o que aconteceu a mim e à Carla pode acontecer em qualquer partido. Portanto, nós podemos fazer parte de uma força partidária e, em algum momento haver ali um descrédito, um desentendimento e, nesse sentido foi o que aconteceu e, nós tivemos de sair do partido pelo qual fomos eleitos, aliás, todos os deputados aqui presentes sabem que nem sequer é o meu partido. Por fim agradecer ao presidente da Mesa da Assembleia, mesmo assim, tem lutado para que nós tivéssemos o tempo que tivemos e, à bancada do PSD que também lutou para que nós tivéssemos o tempo que tivemos, embora um minuto e vinte como é obvio não dá para falar rigorosamente nada. A última coisa que eu queria dizer é que, não sendo eu mais candidato, a mim deixa-me triste ver alguém que até no passado não tínhamos grande afinidade, eu e o Carlos Quintino e, deixa-me triste ver o Carlos Quintino partir desta Assembleia, porque para mim, foi de longe, o membro mais ativo e mais assertivo desta Assembleia. Parabéns, Carlos Quintino.” -----

Luna Silva: “Defensa da honra, afinal sempre consegui que a bancada do PSD/CDS se viesse levantar, inclusive os deputados independentes. Fui deputada única nesta Assembleia, afirmo e reafirmo o que disse na minha antiga intervenção e mais não digo.” -----



Presidente da Câmara: "Portanto, algumas questões são estados de espírito que não vou comentar, nem tecer nenhuma consideração sobre os mesmos. Evidentemente que não tenho dúvidas que todas as intervenções que ao longo destes quatro anos foram feitas na Assembleia têm o mérito de querer e, de nelas próprias, no seu conteúdo, está explícito ou de alguma forma implícito também que os cidadãos de Albufeira tenham melhor vida, que Albufeira seja mais aprazível, que seja melhor, enfim, não estou a pôr em causa, nem nunca pus, essa situação. Muitas vezes não é a questão do conteúdo, mas é a forma como as coisas se apresentam que não deixam de ser muitas vezes sintomático e, com isto não direi mais nada. Responder apenas a questões mais de carácter objetivo. O Domingos fez a questão da ETAR de Paderne, as Águas do Algarve já lançaram o concurso, está para ser iniciada a obra. Já chamei a atenção precisamente sobre isso, porque fazer saneamento não é só fazer saneamento, é também a recolha dele, isso depois vem criar graves problemas. Relativamente à questão da traseira, na parte de trás do Jardim de Infância de Ferreiras, pedi há dias à arquiteta que fizesse um esboço daquilo que se pode fazer nesse mesmo terreno, o terreno não é nas traseiras é mais a sul. Relativamente à questão da Rua Fernando Pessoa, teve aquela intervenção das águas pluviais, vai ser intervencionada em termos de pavimentação e colocação de tampas dentro de poucos dias, agora no final de setembro, princípio outubro, deixar passar o verão para que isso viesse a acontecer. Relativamente á deputada Margarida Guilherme, quanto à questão do polo universitário para Albufeira, os cursos, não se pode escolher um polo universitário apenas por um rol enorme de cursos que mais ou menos há e, de uma forma espontânea, evidentemente que não estou a por em causa esses cursos que ali afirmou, isso é uma responsabilidade do Ministério da Ciência e, é uma responsabilidade que eu acho que é extremamente importante, daí que já há alguns dias que tenho estado a preparar isso e ainda hoje adjudiquei uma prestação de serviços a uma entidade externa, para fazer um estudo sobre a possibilidade e a pertinência de haver ensino universitário em Albufeira, portanto, deve estar assinado o despacho no meu gabinete para seguir amanhã para o prestador de serviços, para que se possa ter aqui uma noção, uma ideia e uma base para que se possa precisamente pedir isso. Depois relativamente à questão da homenagem que frisou, faço minhas as suas palavras, se bem que dada a amizade que teria que a Doutora Fátima Pontes, sem dúvida que é realmente digno de registo. Relativamente à questão do senhor deputado Adriano Ferrão, sobre a questão dos



movimentos que viu perto da escola, portanto, penso que esse é um assunto de natureza da Guarda Nacional Republicana, de investigação, não só a escola Segura, a escola segura é o primeiro impacto, digamos assim, mas depois tem todos os efetivos da Guarda Nacional Republicana. Relativamente à questão da senhora deputada Luna Silva, peço desculpa, mas acho que leu mal ou interpretou mal, porque relativamente à questão apontada no ponto sete, Quinta do Barros, Caliços e no ponto nove, Jardim de Infância da Correeira, são duas situações diferentes, o ponto sete precisamente por aquilo que já foi dito, repartição de encargos, aliás, está bem explícita, e quando há uma repartição de encargos, nem que seja mil euros num ano e mil euros no outro ano tem que vir aqui à Assembleia. Esta situação deste concurso ser lançado agora, projeto já está pronto há algum tempo, aliás, como tenho falado nisso, não tem sido segredo, não está no programa nem deixa de estar, não estou a falar de programas, estou a falar na Câmara Municipal. Eu não posso esquecer que trabalho aqui, ainda não tive férias e trabalho aqui cessantemente todos os dias, não se pode esquecer disso, nem tem comentário possível. O que lhe digo é que, este processo está feito há muito tempo e foi preciso ir a Tribunal de Contas, isto está no empréstimo para o empréstimo ser entendido de outra forma, por forma a que se pudesse abrir este concurso. E está agora a abrir-se o concurso e, veio aqui à Assembleia Municipal, como já foi dito, pura e simplesmente para repartição de encargos, repito, repartição de encargos. Relativamente ao ponto nove a situação é diferente, e apenas veio aqui, o projeto já está pronto, a revisão já está feita, o projeto vem aqui e, há de vir outro nos próximos dias, que é o Jardim de Infância de Vale Rabelho, vem aqui porque já percorreu todo esse processo relativamente ao projeto e vai agora ser feita uma candidatura aos fundos europeus, ao Algarve vinte trinta, é apenas e só por isso que isto está aqui. Portanto, que fique esclarecida de uma vez por todas que não tem minimamente a ver com aquilo que disse, em voz bem alta e com uma afirmação que se tivesse a razão absolutamente do seu lado, que é do programa de coligação Ser Albufeira, não é verdade, independente de estar lá ou não estar, não estou aqui a por isso em causa, não é verdade, portanto, este é pura e simplesmente por isso. Vai ser candidatado e, para ser candidatado tem de dizer lá no meu processo que acompanha a candidatura, tem de dizer lá despesa de determinado valor a fazer no ano dois mil e vinte e seis e, outra despesa no ano de dois mil e vinte e sete, e por isso é que vem aqui, pura e simplesmente por mais nada." -----



Presidente da Assembleia: "Gostaria de esclarecer, porém a senhora deputada também já fez essa referência, no entanto o Regimento diz, no seu artigo quarenta e quatro, que as sessões ou reuniões terão um limite máximo de vinte assuntos na ordem do dia, exceto se o Presidente da Assembleia entender a admissão de outros assuntos, quando a natureza e urgência dos pontos assim o justifique. É com base nesta lei habilitante, que me confere esses poderes que decidi avançar e colocar todos estes pontos na ordem de trabalhos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Luna Silva: "Na passada Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, na informação do Senhor Presidente constava um concurso público, para execução da empreitada de reparação em diversas frações de habitação para renda apoiada e, renda convencionada, pelo valor de cento e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e seis e setenta e sete cêntimos, com a entidade adjudicatária Ideias Explícitas, engenharia e construção limitada. Hoje, curiosamente, temos mais um concurso com o mesmo objeto de contratação, pelo valor de cento e setenta e três mil euros trezentos e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, com a entidade adjudicatária Mérito Airoso, eu pergunto ao Senhor Presidente porquê dois concursos?" -----

Carla Madeira: "Muito boa noite a todos, a minha intervenção vem só retificar aqui uma questão, na parte dos contratos desportivos, gostaria de fazer aqui uma retificação e eu creio que essa ratificação, se calhar, já foi feita internamente, mas o Padernense Clube não recebeu no contrato desportivo, os cinquenta e quatro mil quatrocentos e quatro euros, o contrato diz inclusive que são quarenta e quatro mil quatrocentos e quatro euros, detetamos aqui uma diferença de dez mil euros. Gostaria que fosse este valor, mas, infelizmente, é o que é." -----



Domingos Coelho: "Em relação às adjudicações que foram feitas ao longo destes meses aqui mais próximos e, que, hoje vêm aqui esplanadas na informação do Senhor Presidente, gostava de referir que despesas adjudicadas em relação a festas que se foram fazendo ao longo destes meses, totaliza novecentos e cinquenta mil euros e destas adjudicações quinze foram em ajustes diretos. Recordo que, na anterior informação havia já um total de seiscentos mil euros exatamente com este tipo de despesas, o que totaliza um milhão e meio em meia dúzia de meses. Depois e, de repente, parece que a cidade ou, digamos que o executivo, se lembrou de colocar estátuas um pouco por todo o lado, passo a expressão. E, vem aqui agora uma estátua de Vasco da Gama, não sei se há grande relação entre Vasco da Gama e a cidade, eu recordaria que, por exemplo, há muito mais relação com o Infante Dom Henrique com a cidade, que teve aqui em mil quatrocentos e cinquenta e dois e aqui exarou um despacho para enviar o seu escudeiro a Sevilha para lhe dirimir questões com Espanha a propósito dos seus negócios coloniais. Mas ainda voltando à estátua, está aqui adjudicada por sessenta e dois mil euros, a do D. Manuel custou quarenta mil ou seja, de uma para a outra não sei, será que é um mármore mais especial? Só mais vinte e dois mil euros de uma estátua para outra, uma estátua sessenta e dois mil euros, enfim, não está nada mal, diria eu. Depois avançando nesta informação do Senhor Presidente e, no que diz respeito à execução orçamental, temos aqui a execução na rubrica habitação, qualquer coisa como a execução a vinte e nove por cento, quando se fala que habitação tem a necessidade que tem, que se vai realizar o que se supostamente se vai realizar, e temos aqui uma execução de vinte e nove por cento. Por exemplo, houve aqui uma intervenção a falar da cultura ou da falta dela, a execução para uma verba irrisória para a cultura, está uma execução de dois por cento, e o investimento, ou seja, o que está contemplado no plano plurianual de investimentos está na ordem dos vinte e nove por cento de execução por esta altura, ora estamos a três meses do fim do ano, vinte e nove por cento. E, já agora outro dado, um investimento total representa na despesa total, vinte e quatro por cento, o que me parece, enfim, aquele problema sempre de muita despesa geral e pouco investimento."

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão das duas faturas faladas pela senhora deputada Luna Silva, quero informar que, neste momento, não tenho aqui a informação, portanto, vou saber e amanhã terá a resposta das duas, com certeza que não há duplicação de procedimentos, nem imagino que isso passa vir a acontecer."



Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, sobre a questão das taxas de execução, não me vou debruçar sobre isso, até porque isso é uma questão, como já tenho dito aqui, muito relativa. A questão da defesa versus investimento também é uma questão cada vez mais relativa, até porque isso está em vias de sede de discussão da Lei das Finanças Locais, está em vias de ser vistas esse conceito de despesa e de investimento, porque há uns anos o investimento era feito em cimento, tijolos e alcatrão, neste momento o investimento também passa a ser feito nas pessoas, portanto, isso também é muito investimento. Para além disso, o investimento em termos de qualquer empreitada que o valha, portanto, já disse várias vezes, inclusivamente esta da Quinta dos Barros, já podia estar há algum tempo em obra, a questão das habitações das Fontainhas, são cento e oito, são mais sete milhões e tal de euros, pura e simplesmente não está, porque houve um parecer das Infraestruturas de Portugal que demorou imenso tempo. Portanto, já podia estar até em estado avançado de obra. E faz toda a diferença, porque se essas obras, por qualquer razão, não são feitas a partir de determinada altura, inclusivamente até por outra razão que também já outra, eu digo muita vez, que é a questão de os concursos ficarem desertos, que atrasa imenso tempo e o facto de atrasar imenso tempo, é fácil de perceber isto, é perfeitamente linear, faz com que a execução fica retardada e às vezes altamente prejudicada, portanto, há aqui obras que já lançamos a terceira vez, duas vezes foi perda de tempo, mais de um ano que demorou as duas vezes, que não se registou com sequencia nenhuma. E, isso faz com que, obviamente, haja uma percentagem mais reduzida, na questão da despesa de capital. Uma parte da natural e a outra por outras razões, por várias contingências e, conforme sabem e já tenho dito também várias vezes, qualquer projeto de uma empreitada qualquer que o valha obriga, neste momento, a lançar o procedimento para a elaboração de projeto, depois de feito a elaboração do projeto com a elaboração do caderno de encargos é lançada a empreitada, mas antes disso, o projeto tem de ser revisto, tem de se lançar novo procedimento sobre aquilo que o projetista entregou, é lançado novo procedimento para que se faça a revisão do projeto, entretanto o revisor do projeto faz proposta de alterações que têm que ser aceites pelo projetista, só isto demora uma data de meses. A seguir é que é lançado, quando tudo está em acordo, quer projetista quer revisor do projeto, tem de ser, obviamente, pessoas coletivas diferentes, senão o processo estava viciado, portanto, tudo isso vai demorar tempo, só mais tarde é que é lançado o



concurso. Isto é uma questão que há vários anos não havia esta figura da revisão do projeto, agora há, temos de cumprir. Sobre esta questão do Padernense vou mandar ver isto amanhã, algum lapso que está por aí." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, vou ficar então a aguardar que me envie os devidos esclarecimentos, assim como o contrato que o Senhor Presidente se comprometeu a enviar à minha pessoa no dia seguinte ao dia trinta de Junho e que até à presente data, ainda não recebi. Ainda, um esclarecimento, se o concurso ficou deserto, que explanei o motivo da diferença de um valor de sete mil euros entre um concurso e outro, num prazo apenas de quatro meses." -----

Presidente da Câmara: "O Dr. Alberto está aqui, peço que registre isto e que responda amanhã à Dra. Luna. Já o outro processo devia ter saído e não saiu. Mas amanhã vai seguir estes esclarecimentos a estas questões." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de Conhecimento dos **Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Muito boa noite a todos, desde já gostava de começar por agradecer o apoio que foi dado à primeira feira equestre no município de Albufeira, porque sem esse apoio tinha praticamente sido impossível organizar aquele certame, acho que foi um certame muito giro e muito engraçado, acho que é de repetir e desde já o nosso obrigado. Depois gostava de referir ao Senhor Presidente da Assembleia, no âmbito das competências das juntas, vou fazer lembrar porque não estive presente na última sessão e, acho que foi aprovado um ponto em que



era atribuição de verbas para as freguesias, segundo o parecer que o senhor presidente nos deu, na outra sessão anterior, dizia lá que, no parecer que, as juntas tinham de ser consultadas. Vou repetir outra vez o que já vos disse, a lei é clara e diz que, para negociarmos qualquer coisa tem de ser negociado entre a junta e a Câmara, terá de ser aprovado na junta de freguesia, pelo executivo e, na assembleia de freguesia pelo executivo, na camara municipal e em todas as juntas que estejam nesse processo, pode ser só uma, como podem ser as quatro do município. Uma vez que, isso não foi à minha junta, pelo menos eu não tive conhecimento, nem o meu executivo, nem a minha assembleia, é logo uma violação de lei, penso eu, no parecer, sei que não sou jurista e não estou aqui a acusar ninguém. Estou a dizer que, no meu ponto de vista, há uma ilegalidade e, se isto é um órgão fiscalizador onde o senhor faz parte e é Presidente terá de tomar as devidas providencias, digo eu, primeiro ponto. Segundo ponto, já estive cá e fez os seus agradecimentos e, uma vez que vai deixar, acho que fez um excelente trabalho, só se esqueceu de cumprir a sua palavra com os presidentes de junta e, sabe qual é. Continuamos sem receber as nossas senhas de presença, e eu enviei-lhe alguns pareceres em que temos razão. O senhor Presidente tem alegado que, alguém pôs isto em tribunal, num outro mandato, mas nós não estamos no outro mandato, estamos no seu mandato. E, o senhor falou connosco e disse assim: "se eu for Presidente da Assembleia irei pagar as senhas de presença", isso não aconteceu, desde já o meu obrigado, acho que fez um excelente trabalho, só faltou nesta parte." -----

Presidente da Assembleia: "Já agora responderei muito rapidamente às duas questões. Quanto à primeira questão, no ponto vinte e um iremos discutir esse tema e nessa altura, falaremos sobre o assunto que colocou referente às juntas de freguesia e aos valores ao transferir para as juntas de freguesia. Quanto à outra questão, a verdade é que, eu não iria sobrepor-me a um processo judicial, que ainda não transitou em julgado. Não foi incumprimento da minha palavra, mas sim uma questão de legalidade e, como jurista, não iria tomar uma posição que ainda não se tornou definitiva pelo tribunal. Arriscar-me-ia eu a ter que suportar os pagamentos aos senhores Presidentes de Junta, caso a decisão viesse em sentido contrário. Nestes temas sigo e respeito as decisões judiciais. Aliás, o senhor Presidente de Junta numa determinada Assembleia Municipal fez referência e afirmou perentoriamente que não havia



nenhuma ação em tribunal, veio depois pedir desculpa, porque tomou conhecimento que a referida ação continua em tribunal e em fase de recurso." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) do **Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Em relação a este ponto gostava de fazer aqui uma pergunta ao Senhor Presidente, se em todo o espaço contemplado por este plano de pormenor, se está garantido o acesso às praias e o estacionamento público. E, já agora uma nota, pelo menos eu não recebi os pareceres das entidades que se pronunciaram sobre este plano de pormenor que teria interesse para ter um conhecimento mais alargado do problema." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, este plano de pormenor cria ali regras naquela parte do nosso concelho, que é uma parte super importante e, que, está de certa maneira subdesenvolvida. Se não me falha a memória, abrange uma área próxima de trinta e um hectares, incluindo os arruamentos públicos e, dá ali a possibilidade que os investidores saibam com o que contam do ponto de vista das regras urbanísticas, para que aquela área, que é uma área de excelência possa ser desenvolvida. Entendo que tem já alguns anos de apreciação e de estudo e, por aquilo que foram as fases todas legais que passou, ver com bons olhos aquilo que é a chegada do Plano de Pormenor para ser aprovado nesta assembleia enquanto motor de desenvolvimento daquela área do município que é uma área sem dúvida de excelência." -----

Helena Simões: "Não discutindo a importância do documento, a realidade é que, eu só recebi dez páginas de memória descritiva, dos vários pareceres, dos contratemplos, dos momentos em que teve suspenso o dito procedimento e, eu, efetivamente de consciência não consigo saber o que é que estamos a votar a nível de Plano de Pormenor. Pelo menos o documento, não o tem." -----



Presidente da Câmara: "Este documento, este Plano Pormenor do Alfamar já veio, já promovi em tempos uma reunião de esclarecimento, uma reunião informal, para apresentar este mesmo documento, estiveram cá as pessoas relacionadas com o mesmo. Portanto, nessa sessão não posso precisar agora quantos deputados municipais é que apareceram, mas apareceram muito poucos e, acho que, isso tudo ficou esclarecido. Não quero crer, nem pouco mais ou menos, dado o tempo que tudo isto tem demorado em termo de discussão, quer com a equipa externa que tem estado a elaborar o Plano, quer com a equipa interna que tem estado a acompanhar o Plano, nos nossos serviços DPGU, que haja qualquer pormenor, eu digo isto quase sem ver, digamos assim, porque confio perfeitamente e depois, mais a mais, com todas as entidades que foi passado a pente fino, pelo aquilo que pude acompanhar, quer a CCDR, quer a APA, quer o ICNF, quer uma série de entidades, que ainda restam dúvidas sobre aquilo que é um processo e um projeto extremamente importante, e extremamente estratégico para aquela zona. Sobre o acesso às praias e o estacionamento, está garantido tal qual como estava no início e inclusivamente, a discussão pública originou uma alteração do percurso do acesso às praias precisamente e que veio reduzir um bocado a extensão desse percurso. De qualquer das maneiras o Arquitecto Eduardo está aqui, pode esclarecer mais algum aspeto, caso achem necessário, ou caso ele tenha mais alguma coisa e penso que sim, porque fez parte da equipa interna. Da minha parte, acho que é um projeto que está perfeitamente enquadrado naquilo que é um desenvolvimento estratégico do concelho de Albufeira." -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Muito boa noite, apenas complementando as palavras do Senhor Presidente, este foi um processo longo, teve um conjunto de premissas de início, das quais fazia parte, obviamente, os acessos à praia, entre outras questões que se pretendiam ver garantidas, incorpora um aumento significativo de estacionamento, foi uma questão bastante trabalhada entre a equipa e com a Agência Portuguesa do Ambiente, nesta questão toda dos acessos às praias, dos percursos pedonais também depois a ligação às mesmas. O número de lugar de estacionamento foi também um dos pontos fulcrais de todo este processo, com a APA a pretender um estacionamento que considerou adequado para as praias, nós internamente e com a equipa do Plano a garantir o estacionamento necessário para desenvolvimento urbanístico do local, seja para a questão hoteleira, seja para toda a questão habitacional na envolvente. Sem me alongar demasiado estes foram pontos que foram bastante trabalhados. Este é um



processo tecnicamente bastante desafiante, porque estamos a falar de um Plano Pormenor que incide sobre um alvará de loteamento dos anos setenta, todas estas questões técnicas extremamente intrincadas foram bastante trabalhosas e a equipa também está de parabéns, porque do ponto de vista legal e jurídico, de desenho, de todas estas questões foi muito trabalhoso chegaram quase filigrana urbanística. Chegada a esta fase, obviamente, teve os pareceres favoráveis das entidades, teve a discussão pública, todo o processo esteve disponível e julgo que ainda está disponível no site do município, teve a discussão pública, teve os resultados da discussão pública, correções, ajustes à proposta justa, como o Senhor Presidente já referiu e, está chegado aqui o momento da Assembleia se pronunciar." -----

Domingos Coelho: "Apesar da falta de informação e, fazendo boa-fé na palavra o Senhor Presidente e dos técnicos, a bancada do Partido Socialista irá votar a favor." -- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Execução da Empreitada de "Reparação de Roturas em Conduitas e Ramais da Rede de Abastecimento de Água do Concelho de Albufeira"**, até ao limite de 437.900,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Execução da Empreitada de " Empreitada de levantamento e Reposição/Construção e Reparação de Passeios em Zonas Pontuais do Concelho de Albufeira"**, até ao limite de 345.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos da Empreitada de Construção de Habitação na Quinta do Barros, Caliços**, com o valor base de 5.558.421,08€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Fornecimento de contadores de água incluindo Sistema de Telecontagem Via Rádio ao abrigo do acordo quadro fornecimento de contadores e caudalímetros de água e sistemas de telemetria, lote 1 - contadores de água e sistema de telemetria com módulo Izar ou compatível, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Algarve - CC-AMAL**, pelo valor base de 749.426,83€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "A minha questão é muito simples, perguntar ao senhor presidente da Câmara se tem conhecimento do último ano em que foi lançado este concurso." -----

Presidente da Câmara: "Não tenho." -----



Luna Silva: "Senhor Presidente, vou ter a simpatia de lhe relembrar, foi no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e quatro, nesta Assembleia Municipal, foi deliberado e aprovado este mesmo concurso no valor de setecentos e quarenta e cinco mil euros para os anos dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis, e dois mil e vinte e sete. E eu pergunto, qual é que é o fundamento que justifica que este executivo apresente de novo esta mesma deliberação para os mesmos anos, quando o procedimento é um concurso internacional para a celebração de um acordo quadro pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, Amal." -----

Presidente da Câmara: "Só amanhã é que consigo ter essa resposta, hoje não." -----

Helena Simões: "Eu não fixei exatamente o valor, mas uma vez mais, só estamos aqui a falar de repartição de encargos. Nós não estamos a falar de um novo concurso, de um nosso valor, de um novo orçamento, é apenas e só repartir o encargo por mais que um ano fiscal ou civil com queiramos entender." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura "Alteração e ampliação do jardim de infância da Correeira" no âmbito do Aviso n.º ALGARVE-2024-26 - Infraestruturas Escolares ITI - AMAL, pelo valor de 2.248.662,34€**;- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos da Candidatura “Mobilidade Flexível no Algarve” no âmbito do Aviso n.º ALGARVE - 2025-03 - Mobilidade a Pedido ITI-CIM-AMAL, pelo valor de 66.480,69€;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos onze e doze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----



PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual**; -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da **4.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2025-2029**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Em relação a este ponto, mais do que as rubricas, que foram beneficiadas, aquelas que sofreram aqui um reforço, falaria aqui das rubricas que tiveram uma redução. Isto vai bater exatamente na questão do investimento, repare-se, a requalificação nas vias EN395 no Purgatório, sofre uma redução de quatrocentos e oito mil euros a menos, portanto, quatrocentos e oito mil euros numa obra em Paderne, na EN395. Depois, a requalificação da estrada da Nora, menos trezentos e cinquenta mil, depois beneficiação da Rua Torre da Medronheira, menos setenta mil, a repavimentação de caminhos, duzentos e cinquenta e cinco mil, requalificação da Rua do Montechoro, menos cem mil, requalificação do caminho da Baleeira menos cem mil, repavimentação do caminho do Cerro da Águia, cento e cinquenta mil, repavimentação da rua de Patroves mais cento e vinte e sete mil, ou seja, tudo somado, destas rubricas são retirados cerca de dois milhões. Bom, alguma desta verba vai para rubricas que eu diria com algum sentido social e, algumas vão para as escolas, mas a questão é: vamos retirar a rubricas de investimento, porque não retirar a rubrica de gastos gerais, de despesas gerais, de contratação de serviços? E, isto depois vai dar sempre numa redução da execução do investimento e depois o senhor presidente dá as suas explicações e eu ponho as minhas interrogações." -----

Luna Silva: "A quarta revisão modificativo ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual destina-se no âmbito da receita nestes quatro questões, inscrição de valores na rubrica de receita corrente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, reforço de valores na rubrica de receita corrente com a atividade de restauração, de bebidas sedentárias, inscrição da rubrica da receita de capital relativa ao mapa de transferências para os municípios e a inscrição de valores na rubrica de receita capital no Fundo de Coesão. Senhor Presidente, uma vez que nos encontramos perante



inscrição e reforço de valores de receitas eu pergunto-lhe o seguinte: qual foi o valor total de receita da taxa turística?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da redução de retirar de um lado para colocar noutra, qualquer visão é feita assim, como sabe, penso que todos sabem esse pormenor que é elementar, não será preciso ir tirar nenhum curso de gestão, mas evidentemente que quando se trata de empreitadas e obras que não vão ter execução nesse ano, e que se foi buscar precisamente aqueles valores em empreitadas que dado por uma razão ou por outra questão, de atraso do projeto, ou projeto que já não vai ter aquela execução daquele valor, retirar dali para colocar nestas rubricas que agora tiveram que ser reforçadas, é tão só isto. Isto é sempre a mesma coisa, é sempre igual, não há outra maneira de fazer isto, é assim mesmo e, sempre foi assim e há de continuar a ser, enquanto as regras do orçamento forem assim desta forma. Porque se não fossemos retirar, por exemplo, quatrocentos mil euros de um item qualquer de uma obra qualquer, se não o tirássemos esses quatrocentos mil euros ficavam sem realização até ao fim do ano, que vinha precisamente fazer com que a taxa de execução fosse ainda menor. Portanto, é isso que tem que se tentar evitar, porque quando é feito o orçamento, há valores que são postos e se calhar não há capacidade para os realizar, por várias razões, concursos desertos, demora em algum parecer externo, demora no visto do Tribunal de Contas ou na revisão do projeto ou qualquer coisa que o valha, qualquer atraso que aconteça e os atrasos são sempre de um mês no mínimo, dois meses, três meses, evidentemente que esses atrasos depois vai impactar noutras situações, vai impactar precisamente na taxa de execução, isso é claro e é lógico que isso aconteça. Relativamente à questão da deputada Luna Silva, sensivelmente até hoje a taxa turística rendeu oito milhões de euros." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----

Votos contra: dois (02) Luna Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. --

Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida



Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Quero fazer a declaração de voto, o meu voto contra, baseia-se na retirada das verbas da estrada da Nora que já está para ser feita há não sei quantos anos e nos caminhos que é uma competência própria da Câmara que as juntas têm vindo a fazer e a repara e estamos a retirar verbas. Se estamos a retirar verbas dos caminhos onde temos estado a solicitar que seja posto no contrato interadministrativo entre outros, portanto não se justifica estar a tirar receitas onde não fizeram obra." -----

VOTAÇÃO PONTO DOZE: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: duas (02) Helena Simões e Dário Pereira. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Antonieta Dias, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **2.ª adenda ao contrato de arrendamento - Prédio sito na rua 5 de outubro, Paderne**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: (01) Inês Mendonça. -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para "Fornecimento contínuo de mobiliário para todos os espaços e equipamentos educativos pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Albufeira, ao Agrupamento de Escolas Albufeira Poente, ao Agrupamento de Escolas de Ferreiras e à Divisão de Educação, até ao limite de 1.000.000,00€ + IVA;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Ausências: uma (01) Inês Mendonça. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE**



para "Fornecimento de Energia em BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) do município de Albufeira", pelo valor base de 7.048.800,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Ausências: duas (02) Inês Mendonça e Mónica Coimbra. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Uma vez chegada as vinte e duas e trinta o Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para "Execução da Empreitada de Substituição do Sistema AVAC do Edifício Paços do Concelho de Albufeira, incluindo SADI e Iluminação**, pelo valor base de 1.320.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao **Projeto de Regulamento dos Transportes de Índole Turística em Motociclos, Triciclos, Quadriciclos ou Ciclomotores do Município de Albufeira**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente da Mesa, por uma questão de conflito de interesses, não poderei votar neste ponto da ordem do dia, mas por boa ética e conduta informo que me irei retirar da sala aquando da votação deste ponto." -----

Domingos Coelho: "Uma pergunta, a atividade que se designa moto quatuos, penso que são quadriciclos, que se desenvolvem no interior, especialmente na freguesia de Paderne, está ou não contemplado neste regulamento? Já tenho levantado essa questão aqui do prejuízo incómodo que é essa atividade provoca no interior do concelho. Lembro que, o Senhor Presidente ficou na altura de falar com os operadores, para tentar disciplinar essa atividade. Eu penso que, ela devia ficar aqui vertida, porque quando se diz no artigo terceiro, o presente regulamento visa disciplinar o exercício de atividade de transporte regular, de índole turística, aquela atividade penso que é uma atividade de índole turística. Por acaso noto que aqui, há uma preocupação em limitar no horário no período alto do turismo, entre as nove e as vinte e duas e na época baixa entre as nove e as dezoito, presumo que é por uma questão de ruído, penso eu. Como é que se compatibiliza esta preparação com o ruído aqui, com a ausência de preocupação de ruído, por exemplo, na zona Oura ou na zona da Baixa? Penso que, se estamos a falar de ruído, no sentido de que prejudica o conforto e o



bem-estar dos cidadãos, penso que devemos ter a mesma bitola no sentido de preocupação, não quer dizer que seja com as mesmas horas. " -----

Helena Simões: "Eu começo por dizer que, quando os últimos quatro anos, eu tenho sempre convidado a Câmara, sempre que há regulamentos que estejam no horizonte a serem elaborados, ou que esteja no horizonte serem alterados, que seja sempre informada previamente a Assembleia para que não aconteça aquilo que está a acontecer hoje, estamos a ser confrontados com os constrangimentos e um quanto impactante. O regulamento poderá ser ou não para a iniciativa privada no concelho, sendo que eles se queixam muito neste momento, é que eles nem sequer têm noção da versão do documento final e, nessa senda, usando também a prerrogativa, porque é uma prerrogativa do Presidente da Assembleia ou dos grupos da Assembleia Municipal, sendo que, eu não sou um grupo, sou sozinha, por isso venho falar em nome próprio, mas convidar para eventualmente o assunto em apreço, descer a uma comissão a ser constituída para o efeito. Porque, sinceramente, eu li de fio a pavio, as cento e setenta e seis páginas, sei sim senhora que foram convidadas associações, sei que a associação que aqui disse que não foi convidada, foi convidada, sei que deu contributos e que alguns foram absorvidos e alterados, mas ainda assim, acho que é importante, porque nós, trabalhamos para os munícipes e trabalhamos em prol dos munícipes. Acho que é importante criar aqui um consenso alargado e, criar aqui uma intervenção direta, invés de ser só apenas e, só por documentos enviados para a comissão. Nessa senda, eu reitero a proposta, de acordo com o artigo vinte e oito do nosso Regimento do assunto em apreço descer a comissão." -----

Raul Ferreira: "Eu discordo por completo com deputada Helena Simões, efetivamente houve uma consulta pública, houve aviso relativamente a esta questão, o assunto foi debatido, foi de conhecimento geral, houve editais, portanto, não me parece que seja salutar estar a adiar uma solução de um problema que existe. Os problemas existem, têm de ser enfrentados frontalmente, temos de regular esta atividade para bem, não só dos que a praticam, como para bem do turismo na cidade e penso que estar a adiar uma solução de um problema não é de salutar, nem é viável neste momento." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, eu entendi, não só por aquilo que foi a documentação que o senhor Presidente nos fez chegar através dos serviços, que é bastante clara, daquilo que foram os períodos legais de audição aos interessados, mas também das palavras do Senhor Presidente que este era um documento importante, e



se não fosse não estaria agendado, portanto eu acho que e, falo a nível individual, não falo em nome da bancada, a bancada vai ter liberdade de voto, que seria importante nós votarmos o documento." -----

Carla Vieira: "Relativamente a este assunto eu tenho que concordar com a deputada Helena Simões, a Assembleia não foi previamente informada, não foi chamada também dar o seu contributo. Trata-se efetivamente de um projeto de regulamento, atendendo às queixas e dúvidas dos munícipes e da associação que esteve aqui representada eu, ao contrário daquilo que foi proposto, eu não sugiro que desça a comissão nenhuma, hoje é a última assembleia deste mandato e, não faz sentido descer, nem que seja criada uma comissão para o efeito. Entendo sim, se o Senhor Presidente estiver na disponibilidade de retirar este ponto ordem de trabalhos. Seria, se calhar, o mais sensato. Senhor Presidente, deixo à sua consideração." -----

Presidente da Câmara: "Para se fazer qualquer coisa temos de ter uma razão que sustente essa decisão tomada. Uma vez que seguiu todos os trâmites normais da elaboração de um regulamento em termos de discussão pública, quem se manifestou interessado colaborou, como já disse há pouco quando fiz a outra intervenção sobre esta temática destas viaturas, como qualquer regulamento, qualquer código que está em discussão, quando há discussão pública há sempre achegas que se contemplam e outras que não se contemplam, que é mesmo assim, ninguém pode ficar chateado ou aborrecido se não forem contempladas as questões e as sugestões que apresentam, porque isto é a democracia a funcionar. Não encontro aqui maneira de retirar este ponto, se encontrasse fazia a retirada do ponto, o que eu já disse foi que há questões que são perfeitamente resolvidas em tempo, e às vezes são questões que nem faz parte do regulamento, e comprometo-me de alguma forma a colaborar nessa alteração caso haja necessidade e possibilidade de efetuar alguma coisa. Obviamente que questões regulamentares plasmadas no regulamento não podem ser alteradas pelo Presidente da Câmara ou pela Câmara, mas há questões de menos importância que não estão no regulamento, que podem estar entendidas como tal, mas são perfeitamente possíveis." -----

Presidente da Assembleia: "Vou responder à questão que aqui foi colocada, pela senhora deputada Helena Simões. Hoje pede para eu retirar o ponto da ordem de trabalhos, e afirma que eu tinha possibilidade de o fazer. Porém andamos há três sessões a discutir um recurso interposto pela senhora deputada em que afirma que eu



não tenho legitimidade para retirar o ponto da rodem de trabalhos. Em que é que ficamos? Uma vez que o Senhor Presidente entende não retirar o ponto da ordem de trabalhos, o ponto vai à votação. Não me apanham noutra. Aliás, no ponto vinte e um vamos verificar que este ponto deverá ser retirado porque está inquinado. Se me tivessem ouvido na última Assembleia, escusavam os de perder todo este tempo a discutir um não assunto.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Helena Simões e Carla Vieira. -----

Abstenções: dez (10) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Dário Pereira, Sílvia Dias, André Lima, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: duas (02) Luna Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: dez (10) Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Antonieta Dias, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Ajuste Direto do Aviso n.º ALGARVE-2024-56 - “Meios materiais para proteção civil e prevenção e gestão de catástrofes ITI-CIM-AMAL”**, pelo valor de 861.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carla



Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para a **Prestação de Serviços de Transporte Escolar em Circuitos Especiais para o ano letivo 2025/2026**, pelo valor base de 450.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: três (03) Leonardo Paço, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao **Reconhecimento de Interesse Público Municipal à Instalação der um Centro de Acolhimento de Animais;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Eu queria apenas dizer que, é importante dizer que, quem concorre a este reconhecimento é o Tiny Shelter, a quem eu dou os parabéns, porque sei que isto



tem sido uma longa caminhada, já há uns dois ou três anos que procuram por isto. No Tiny Shelter eu conheço pessoalmente as pessoas que gerem esta instituição e, devo dizer que muitas das vezes fazem aquilo que a autarquia deveria de fazer e, não é só ajudar os animais, é ajudar as famílias dos animais, que eles mais do que ajudar os animais, ajudam também as famílias desses animais, portanto, ajudando em tratamentos, na alimentação, inclusive até ajudando essas pessoas em comida para elas próprias. Portanto, têm todo o meu mérito e espero bem que esta Assembleia reconheça esse interesse público." -----

Presidente da Câmara: "Só quero corrigir a senhora deputada, não vem fazer aquilo que a autarquia devia fazer, a autarquia também o faz, vem é complementar o trabalho que a autarquia faz. Porque temos de ter a ideia de que as autarquias não têm nem podem fazer tudo, a sociedade civil, independentemente das áreas onde estão, por isso é que há IPSS, por isso é que há estas associações, outras associações desportivas culturais que vem complementar tudo aquilo que a autarquia faz." -----

Carla Madeira: "Senhor Presidente, quando me referia a isso o que queria dizer é que, estas associações não ajudam só os animais, ajudam as famílias desses animais, que é uma coisa que a autarquia não faz, isto é, não faz da maneira como eles fazem o processo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: cinco (05) Helena Simões, Domingos Coelho, Leonardo Paço, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, bem como da alínea c) do n.º 1 do



artigo 6.º da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **Transferência de verbas para as freguesias do concelho, no âmbito das transferências de competências;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Câmara: "Quero esclarecer, peço desculpa Senhor Presidente, com todo o sentido de amizade e correspondência entre nós os dois, mas quero dizer que, quem retira este ponto sou eu próprio, que entendi retirá-lo. Em conversa que tivemos no outro dia, que a melhor coisa é retirar o ponto. E, vou dizer porque é que sustento esta ideia. Esta ideia surgiu, eu podia não retirar o ponto e atribuir apenas a verba que está neste ponto à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, porque foi precisamente com essa junta de freguesia que foi trabalhado, foi negociado durante até tempo em demasia, demorou para bastante tempo, porque foi solicitado por escrito, desta junta de freguesia que acabei de dizer, para rever, tendo em conta o aumento de várias coisas, o aumento das extensões de ruas novas, para deservar, por aí fora, e foi chegado à conclusão que daria à volta dos cem mil euros. Entretanto, entendi, eu próprio e, não tenho problemas em dizê-lo, que seria de bom tom, acertar alguma coisa com as outras juntas de freguesia. Daí, não havendo aqui uma razão objetiva para colocar algo na junta de freguesia, entendi colocar vinte mil euros, mas como não negocie com eles, por isso é que, eu entendo retirar o ponto. O ponto fica retirado para prejuízo da junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, que se note, porque não foi tratado nem acordado com as outras três juntas de freguesia. Sendo assim, e porque fiz mal em atribuir aquela verba, fica assim, até porque o contrato interadministrativo e as delegações de competência nas juntas de freguesia começam a carecer, uma vez que, já tem algum prazo de vigência já bastante longo, de atualização, quer nas quantidades, quer nos recursos humanos atribuídos para o desenvolvimento das tarefas e da atividade, quer revisão na questão dos meios, e em consequência disto tudo, também alguma revisão financeira, ou para mais ou para menos, depende da forma como se entender a delegação de competências. Supomos que na delegação de competências se entende que há determinada delegação que a junta ou não pode ou não quer, tem de haver uma redução, e se há uma redução de responsabilidades, naturalmente haverá uma redução de dinheiro. Isto não é,



obviamente, sempre para dar mais dinheiro, não, porque se o senhor presidente de Junta de freguesia de Ferreiras, disse há pouco que pavimentou alguns caminhos nas Ferreiras que era responsabilidade da câmara municipal, mas esquece-se que a maioria desse dinheiro é origem na Câmara Municipal da Albufeira.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu queria só esclarecer a razão de toda esta confusão. Acontece que, relativamente às juntas de freguesia, caso não haja proposta de alteração por parte do executivo os valores mantêm-se ano após ano. O que aconteceu neste caso concreto, é que, houve uma alteração de valores e ocorrendo essa alteração há procedimentos a seguir. Se realmente me tivessem deixado explicar na última Assembleia, teríamos chegado a essa conclusão. Ou seja, cada vez que há uma alteração tem de haver acordo com as Juntas de Freguesia, neste caso teria de ocorrer uma deliberação da Assembleia de Freguesia para depois o assunto ser enviado à Assembleia Municipal. No entanto isso não aconteceu. Na última Assembleia a que presido não iria colocar à votação um ponto da ordem de trabalhos que está inquinado, porque não seguiu os procedimentos legais. A vontade do senhor Presidente da Câmara era de aumentar os valores. O Senhor Presidente da Câmara até me referiu, que pensava aumentando os valores não tinha de ir à Assembleia de Freguesia. Porém assim não é e a Assembleia de Freguesia tem de dar o seu consentimento. A verdade é que se podem aumentar os valores mas também pode acontecer que as tarefas a realizar tenham um custo ainda superior ao valor concedido. Esse acordo com as Juntas de Freguesia de Albufeira tinha que ser feito através de uma deliberação da Assembleia de Freguesia, nos trinta dias posteriores à notificação de alteração. Verifica-se pois que o processo estava inquinado. Foi isso que eu tentei dizer na última Assembleia, mas os senhores deputados não permitiram e a Assembleia Municipal é soberana, votou favoravelmente a obrigatoriedade de incluir este ponto na ordem de trabalhos. Porém se este ponto fosse votado favoravelmente, digo-vos com toda a certeza, que teria de enviar esta questão para Tribunal Administrativo, no sentido de verificar a sua legalidade. Era a última coisa que eu gostaria de fazer, porque não queria terminar a minha função com a comunicação de uma ilegalidade para o Tribunal Administrativo, quando tal não foi necessário durante estes quatro anos. Por isso, aquele parecer que veio da ANAM estava incorreto, porque presumia que os valores não tinham sido alvo de uma proposta de alteração. Mas os valores foram alterados pelo que tem de ter o acordo das Assembleias de Freguesia, o que não aconteceu. Por outro lado, também a



DGAL teria de receber esta informação até dia trinta de junho. No entanto, dia trinta de junho, estávamos nós a discutir esse tema, pelo que nunca chegaria à DGAL dentro do prazo. Têm agora tempo para negociar e conversar sobre estas matérias, sobre os valores que irão incluir ou retirar relativamente às competências que sejam atribuídas às juntas de freguesia." -----

Helena Simões: "Como há bocado, o caro deputado e colega Raul referiu que, isto tem sido um aprendizado, se calhar, esta também nos sirva de lição e de aprendizado. E, em que medida e, em que proporção, são quatro freguesias, não vá uma querer obstaculizar um acerto de valor para cima ou para baixo das outras, se calhar, aquilo que eu proponho ao próximo executivo é, cada ponto vir individualmente por freguesia, porque o artigo sexto da lei não obriga a que sejam as quatro votadas em conjunto, ou seja, dito isto, se Albufeira e Olhos de Água precisa do reforço de verba, Ferreiras numa proporção, Paderne noutra e a Guia noutra, para que não tenhamos novamente a situação de uma freguesia obstaculizar o reforço de verba de outras, porque tudo é votado em conjunto. Fica apenas a proposta para o próximo executivo." -----

Presidente da Assembleia: "O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, já falou deste assunto na informação do senhor Presidente da Câmara e, eu na altura até lhe referi que iríamos discutir o assunto e que teria tempo para falar sobre este tema. O senhor Presidente da Junta veio aqui dizer uma coisa que não corresponde à verdade. É que tinha sido aprovado um ponto na última Assembleia. O Senhor Presidente da Junta não esteve presente e, tão interessado estava. Não foi aprovado nenhum ponto, a única deliberação que foi aprovada, foi a obrigação da inclusão deste ponto nesta na ordem de trabalhos de hoje. Quanto a essa questão, o ponto nunca podia ser aprovado uma vez que não houve deliberação das Assembleias de Freguesia."

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Queria agradecer o contrato que o senhor Presidente fez com as juntas de freguesia, que foi negociado em dois mil e dezanove e muito bem negociado, foi um dos melhores na altura, e temos trabalhado com ele, eu não estou aqui a comer gelados com a testa, nem nada disso, e vocês não percebem, eu falo algarvio ou então tenho de explicar melhor. Como é que este ponto ia ser aprovado hoje se, pelo menos nos documentos que eu recebi, não está lá nenhuma aprovação da Assembleia de Freguesia, nem de reunião do executivo de junta de freguesia de Albufeira. Independentemente de ser só a freguesia de Albufeira, ou outra. O senhor Presidente disse aqui que, podia fazer hoje com a junta de freguesia e



não quis, não é verdade. Se fizesse, caia numa ilegalidade outra vez. Independentemente da Junta, tem de ser aprovado na Assembleia de Freguesia, e no executivo da freguesia. Agora quererem meter culpas porque não recebem as verbas ou estarem a fazer trabalhos mal, na junta de freguesia de Ferreiras ou no Presidente, isso não é justo. O senhor Presidente sabe muito bem, nós estamos a fazer alcatroamentos, como disse e, é verdade, quando temos buracos com a verba que a Câmara deu. Ninguém pôs isso em causa. O que disse há bocadinho, não foi nada disso, se calhar perceberam mal, o que eu disse é que, a Câmara não tem feito a manutenção dos caminhos de terra batida, são coisas diferentes. Nós fizemos um bom contrato em dois mil e dezanove, mas está completamente desatualizado, fiz várias cartas à câmara a pedir a atualização dos mesmos, aliás, todos os anos costumo fazer uma. Nós estamos aqui para lutar pelos interesses das pessoas, não estamos aqui para lutar pelos nossos interesses e a Câmara igualmente, quanto maior for as verbas que as freguesias tiverem, mais vão estar desenvolvidas, mais verba temos para trabalhar com a população. Eu sinto o que se passa com Albufeira, porque estamos a falar de uma freguesia muito grande que agrega duas, Albufeira e Olhos de Água, é uma união de freguesias embora não esteja no nome mas é, eu também sei que as verbas para deservagem são insuficientes, eu não me estou a opor contra isso e nunca me opus, aliás eu sou o primeiro a dizer que eles estão a ser lesados, disse que as contas foram mal feitas, os metros estão mal calculados, sempre disse isso, na altura foi um acordo que fizemos em ambas as partes, foi um acordo entre as freguesias todas, podia ser individual, na altura, nas reuniões que tivemos a freguesia de Albufeira e Olhos de Água nunca esteve lá connosco mas depois aprovou tudo em sede de executivo, o que eu acho que está correto. É que estão a deturpar tudo o que nós dissemos, estamos aqui há três ou quatro assembleias a falar do assunto que não é assunto, só é assunto porque vocês querem. Vou repetir outra vez, tem de ser aprovado em reunião do executivo, em reunião de assembleia de Freguesia, em reunião municipal e em reunião de Assembleia Municipal. Com é que aquilo é passado da Câmara para a Assembleia? Só isso, mais nada, não estamos aqui a discutir com ninguém, estamos aqui para não haver mal-entendidos, já vamos na terceira assembleia com um mal-entendido, que acho que não falo português, eu falei isto na primeira assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Eu também acho que perdemos tempo com esta situação, visto que o resultado é exatamente o mesmo. Este ponto não podia ser aprovado



porque estava inquinado e o processo era irregular. Eu estranho é que, o senhor Presidente da Junta de Ferreiras não tenha estado quando o ponto foi trazido à Assembleia Municipal para defender essa posição.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Eu passo a esclarecer, não estava presente, porque tive reunião da assembleia de freguesia no mesmo dia. O senhor Presidente marcou no mesmo dia, a reunião das Ferreiras, eu não consigo estar em dois sítios, como sou Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras tenho de estar no órgão competente, que é a Assembleia de Freguesia de Ferreiras. Foi esse o motivo, marcou a reunião para o mesmo dia que nós tínhamos.” -----

Presidente da Assembleia: “De facto tem de haver mais colaboração com as Juntas e a Assembleia Municipal, mas também não veio ninguém da Junta de Freguesia de Ferreiras para defender a posição. Parece que o assunto está mais que esclarecido. Porém passadas três Assembleias mesmo assim ainda surgem algumas dúvidas. Este ponto da ordem de trabalhos não podia ser votado, nos termos em que estava proposto pelo que foi retirado da ordem de trabalhos numa anterior Assembleia com toda a legitimidade. O ponto foi assim retirado da ordem do dia.” -----

O ponto foi retirado da ordem do dia. -----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para aluguer de máquinas e viaturas com operador ou condutor**, até ao limite de 230.200,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Agora em português, não obstante ser uma deliberação de repartição de encargos, não podemos deixar de dizer que, efetivamente este executivo permitiu que os transportes escolares, em particular os autocarros atingissem o fim útil, sem que tivesse sido assegurada atempadamente a sua substituição por veículos mais modernos. Consideramos que, esta situação é reveladora de uma insuficiente atenção e sensibilidade no que respeita à segurança e ao bem-estar das nossas crianças. Senhor Presidente, questionamos como é que é possível ter chegado a este ponto?” -----

Presidente da Câmara: “Que eu saiba o ponto vinte e dois não é para transportes escolares, é para aluguer de máquinas e viaturas com operador ou condutor.” -----



Carla Vieira: "Senhor Presidente, peço então desculpa pelo lapso. Mas vou voltar no ponto vinte e três." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Dário Pereira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com publicação no JOUE para aquisição de serviços no âmbito do aluguer operacional (renting) de viaturas ligeiras**, pelo valor de 441.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Efetivamente, Senhor Presidente, apesar de ser uma repartição de encargos, não podemos deixar de observar que o município deixou com que a frota de veículos se encontrasse também em final de vida, aliás, até consta da própria descrição que muitos deles têm mais de vinte anos de utilização. Perante esta realidade, entendemos que, será de dar um voto de confiança, naturalmente, mas podiam atempadamente ao longo destes anos ter assegurado que os nossos funcionários tivessem efetivamente viaturas em condições para as suas deslocações, para transporte dos materiais no desempenho das suas funções. Assim sendo, Senhor Presidente, entendemos que deviam ter tido uma atenção especial." -----

Presidente da Câmara: "A Carla Vieira há pouco fez uma intervenção num ponto que não correspondia àquilo, entretanto agora falou nos transportes escolares, isto também não se trata de transportes escolares, houve aqui uma grande confusão nesta análise. As viaturas estão algumas delas, já muito degradadas e, de alguma forma necessitam de ser substituídas, por isso entendeu-se fazer este "refresh" de todos os serviços de toda câmara, no sentido de abater ou vender em hasta pública, todas aquelas viaturas que já têm uma idade que já não contempla reparações nem se justifica, de maneira nenhuma. Foi como intervenção que eu fiz nas viaturas precisamente para acontecer isto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para prestação de serviços de manutenção e assistência operacional e ambiental**, até ao limite de 600.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Da documentação que acompanha este ponto, fiquei sem perceber exatamente qual é objeto deste ponto, ou seja, que atividades, que objetivos?" -----

Presidente da Câmara: "Isto serve para colmatar de algumas lacunas que há na parte da manutenção dos espaços verdes, que não contempla por exemplo, limpeza de



palmeiras, abate de pinheiros ou outras árvores que estejam com necessidade de serem abatidas, portanto, é precisamente para esses trabalhos um pouco mais substanciais, digamos assim, e que não estão contempladas em nenhum outro procedimento, portanto, é precisamente isto que é o procedimento que tem as verbas distribuída salvo erro em quatro anos, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito, para evitar precisamente esses constrangimentos que possam ocorrer. " -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de serviços de pintura no pavimento no município de Albufeira**, com o preço base de 450.515,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla



Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO VINTE E SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, **referente à repartição de encargos de Aquisição de serviços de produção do espetáculo de Ano Novo**, com o valor base de 245.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Aqui há uma repartição de encargos, sem dúvida, a questão é qual é o total da verba? Ou seja, duzentos e quarenta e cinco mil euros, depois aparece coreografia aéreo musical, concerto dos quatro e meia, agora já se fala dos Silence Four, mais o fogo de artifício, mais o catering, mais alojamento, quer dizer, estamos aqui a votar duzentos e quarenta e cinco mil, mas já agora, por curiosidade qual é a verba total? Ou seja, vamos votar uma parte e, qual é o todo? Porque é uma questão de clareza e até de consciência, eu posso estar de acordo com duzentos e quarenta e cinco mil euros, mas quero saber qual é o valor total." -----

Presidente da Câmara: "Há aqui partes, porque isto é sempre partes do final do ano em que há coisas que corresponde ao ano de dois mil e vinte e cinco e, depois há outras que corresponde a vinte e seis, nomeadamente o concerto dos quatro e meia, que vai ser totalmente em vinte e seis, mas há a questão da parte da aviação e da pirotecnia já há uma parte em dois mil e vinte e seis, posso pedir para esclarecer qual é o valor. Se bem que o valor total desta verba para esta repartição de encargos é duzentos e quarenta e cinco mil euros. Isto tem a ver com o Ano Novo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstenções: dez (10) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Helena Simões, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO VINTE E SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos de Aquisição de serviços de produção artística do evento Paderne Medieval 2026**, com o valor base de 101.462,50€ + IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva. -----

Abstencões: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de setembro de 2025 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

